

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

NETLY JEAN JACQUES

**O IMPACTO DOS BRICS NO PROCESSO DO DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO NA ÁFRICA DO SUL (2011-2020)**

Porto Alegre

2024

NETLY JEAN JACQUES

**O IMPACTO DOS BRICS NO PROCESSO DO DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO NA ÁFRICA DO SUL (2011-2020)**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Guilherme Ziebell de Oliveira

Porto Alegre

2024

CIP - Catalogação na Publicação

Jean Jacques, Netly
O impacto dos BRICS no processo do desenvolvimento econômico da África do Sul (2011-2020) / Netly Jean Jacques. -- 2024.
1 f.
Orientador: Guilherme Ziebell de Oliveira.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Curso de Relações Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2024.

1. O impacto dos BRICS no processo do desenvolvimento econômico da África do Sul (2011-2020). I. Ziebell de Oliveira, Guilherme, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

NETLY JEAN JACQUES

**O IMPACTO DOS BRICS NO PROCESSO DO DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO NA ÁFRICA DO SUL (2011-2020)**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Guilherme Ziebell de Oliveira

Aprovada em: Porto Alegre, 19 de Fevereiro de 2024.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Guilherme Ziebell de Oliveira – Orientador

UFRGS

Prof.^a Dr.^a Jacqueline Angélica Hernandez Haffner

UFRGS

Prof. Dr. Anselmo Otavio UNIFESP

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a Deus por me guiar e me segurar para chegar até aqui. Eu quero agradecer aos meus pais Valton Jean Jacques e Yvette Coquillon, meus irmãos mesmo estando de longe sempre me motivam, me incentivam para ir adiante. Eu quero agradecer a todos que me incentivam que acreditavam que poderia chegar até o fim desse ciclo. Eu quero agradecer especialmente ao meu orientador Professor Dr. Guilherme Ziebell de Oliveira que acreditou no projeto de pesquisa desde no início, sem seu apoio, suas dicas seria quase impossível chegar ao fim desse trabalho. A sua orientação foi fundamental para a realização dessa monografia. Também quero agradecer à Professora Dra Pâmela Marques que desde o início do curso me serve como uma fonte de inspiração para ir adiante e aos demais professores da FCE da UFRGS que contribuíram para minha formação. Também não poderia deixar de agradecer todos os colegas do curso pela colaboração e parceria nos trabalhos e de maneira particular à Colega Jael Bohimanga. Agradeço de uma forma especial à Professora de Verônica Baumhardt que sempre acreditava no meu potencial.

Por fim, quero agradecer profundamente à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) junto ao Estado Federativo do Brasil por ter me possibilitado realizar esse precioso estudo.

RESUMO

Este trabalho de pesquisa tem como tema: o impacto do BRICS no processo desenvolvimento econômico da África do Sul de 2011 a 2020. O grupo fundamenta-se na cooperação internacional entre os países emergentes na década de 2000 destacados pelo crescimento econômico. Esses países enxergam a possibilidade de viabilizar essa cooperação em um mecanismo internacional, buscando uma reforma nas instituições econômicas internacionais e, de forma mais abrangente, nas instituições das Nações Unidas. Diante desse contexto, pode-se perceber que a emergência do BRICS tem se constituído uma alternativa em relação aos outros fóruns internacionais. Neste caso, este presente estudo busca entender a possível contribuição do BRICS no processo de desenvolvimento da África do Sul desde o seu ingresso em 2011 até 2020. Dessa forma, tem-se como hipótese: a participação da África do Sul no BRICS teve impacto positivo no seu processo de desenvolvimento econômico, tendo em vista que se reflete em maior crescimento, aumento ao seu comércio exterior, acesso ao financiamento para os projetos de infraestrutura, transferência de tecnologia e inovação, ademais do fortalecimento das relações comerciais e diplomáticas entre os demais países membros do BRICS. O objetivo geral desta pesquisa é buscar analisar as principais contribuições do agrupamento do BRICS na sua atuação na África do Sul. Em termos específicos, busca-se discutir o que se entende pelo desenvolvimento e sua importância, analisar a agenda dos BRICS e os acordos assinados relacionadas ao investimento externo e comércio internacional, avaliar os indicadores socioeconômicos sul-africanos bem como os dados do seu comércio (com o mundo e os parceiros do BRICS). Por fim, analisar como o mecanismo BRICS poderia gerar desenvolvimento.

Palavras chaves: BRICS. Cooperação internacional. Desenvolvimento.

ABSTRACT

This research has the theme: the impact of BRICS on the economic development process in South Africa from 2011 to 2020. The group is based on international cooperation between emerging countries in the 2000s highlighted by economic growth. These countries see the possibility of making this cooperation viable in an international mechanism, seeking reform in international economic institutions and more, in the institutions of the United Nations. Given this context, it can be seen that the emergence of BRICS has constituted an alternative in International Relations to the other international forums. In this case, this present study seeks to understand the possible contribution of BRICS to the development process of South Africa from its entry in 2011 to 2020. Thus, the hypothesis is: South Africa's participation in BRICS had a positive impact in its economic development process, considering that it is reflected in greater growth, increased foreign trade, access to financing for infrastructure projects, technology transfer and innovation, in addition to the strengthening of commercial and diplomatic relations between other countries BRICS members. The general objective of this research is to seek to analyze the main contributions of the BRICS grouping in its activities in South Africa. In specific terms, it seeks to discuss what is understood by development and its importance, analyze the BRICS agenda and the agreements signed related to foreign investment and international trade, evaluate South African socioeconomic indicators as well as data on its trade (with the world and BRICS partners). Finally, analyze how the BRICS mechanism could generate development.

Keywords: BRICS. International cooperation. Development.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
2	ANÁLISE TEÓRICA E CONCEITUAL DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL E DO DESENVOLVIMENTO	12
2.1	COOPERAÇÃO INTERNACIONAL E LIBERALISMO INSTITUCIONAL	12
2.2	LIVRE-COMÉRCIO	16
2.3	COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO	18
2.4	O QUE SE ENTENDE SOBRE O CONCEITO DESENVOLVIMENTO	22
3	O PAPEL DO BRICS NA GOVERNANÇA GLOBAL E O SEU PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO	31
3.1	CONSOLIDAÇÕES DA AGENDA DO BRICS NA GOVERNANÇA GLOBAL	32
3.2	CRIAÇÃO E PAPEL DO NOVO BANCO DE DESENVOLVIMENTO (NBD).....	35
3.3	ACORDOS COMERCIAIS E DE INVESTIMENTO INTRA-BRICS	40
3.4	BRICS E ÁFRICA, PARCERIA PARA O DESENVOLVIMENTO	43
4	DESENVOLVIMENTO E PERFIL ECONÔMICO DA ÁFRICA DO SUL	48
4.1	A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO E DA INCLUSÃO DA ÁFRICA SUL NO BRICS	49
4.2	OS PRINCIPAIS SETORES DA ECONOMIA SUL AFRICANA	51
4.3	COOPERAÇÃO ECONÔMICA E COMERCIAL DOS BRICS COM ÁFRICA DO SUL	52
4.3	COOPERAÇÃO TÉCNICA: COMPARTILHAMENTO DE TECNOLOGIA, CONHECIMENTO E EXPERIÊNCIA	58
4.4	FINANCIAMENTOS DE PROJETOS DE INFRAESTRUTURAS E INVESTIMENTO DIRETO ESTRANGEIRO (IDE)	62
4.5	AVALIAÇÕES DOS INDICADORES SOCIOECONOMICOS.....	66
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	69
	REFERÊNCIAS	73

1 INTRODUÇÃO

A cooperação internacional e as parcerias econômicas tornaram-se muito importantes e assumiram um papel fundamental na busca pelo desenvolvimento. Nesse contexto, o grupo BRICS emergiu como um ator importante nas discussões sobre temas e desafios globais. Nessa perspectiva, busca-se uma melhor cooperação econômica e financeira, os países emergentes, tendo certas características em comum em termos demográficos e econômicos, desenvolveram esse mecanismo de cooperação internacional que deu nascimento ao Grupo BRIC, em 2008 (Reis, 2013). Posteriormente, o grupo se tornou BRICS, com o ingresso da África do Sul, em 2011 (Reis, 2013).

Apesar dos diferentes níveis de desenvolvimento socioeconômico dos países, formou-se um grupo solidário, visando primeiramente o fortalecimento de relações comerciais com uma maior representatividade na governança global e, ademais, o desenvolvimento dos países membros em geral (Pimentel, 2013). O agrupamento dos BRICS tem sido uma temática que suscitou muitos debates no cenário da política internacional. A iniciativa foi uma das mais destacadas nos debates políticos e acadêmicos, pois se trata de um grupo que reuniu cinco países que representavam mais de 14% do PIB da economia mundial e tinham uma população significativa, que representava 42% da população mundial (Baumann, 2015). No contexto da evolução dos BRICS, foi tomada a iniciativa de criar um Banco de Desenvolvimento entre os países membros para pensar a questão de financiamento de projetos de desenvolvimento. Assim, pode-se possibilitar uma melhor atuação dos BRICS em países que poderiam precisar do seu apoio financeiro (Pimentel, 2013).

A África do Sul é o país com a menor economia e menor população dos BRICS, mas é um membro importante, pois é o único representante do continente africano do grupo. Em 2011, os países fundadores do BRIC aceitaram a demanda da África do Sul e fizeram a sua incorporação. Isso marcou um passo fundamental para os BRICS, visto que África do Sul é uma economia emergente do continente africano e também se encontra em uma posição geoeconômica interessante na visão dos países do bloco para política externa. O Estado sul-africano havia passado por vários períodos de crise política e social relacionada ao racismo até a década de 1990. Essa crise racial foi conhecida como *apartheid*¹ que dividiu totalmente

¹ O *apartheid* foi um regime de segregação racial, criado pelo governo sul-africano, controlado pela maioria branca com objetivo de manter o controle político e econômico sobre a população negra. Esse regime foi instituído na África do Sul entre 1948 e 1994. Violou os direitos humanos e gerou muita violência e resistência interna, e por fim, foi condenado internacionalmente. Assim, o fim do *apartheid* foi marcado pela eleição do Presidente Nelson Mandela em 1994, primeiro presidente negro da África do Sul. Nesse trabalho,

o país. Portanto, com o fim da crise nos anos 1990, iniciou-se o processo de democratização no país. Diante da nova conjuntura, a África do Sul consolidou-se como líder no continente, buscando a cooperação com seus vizinhos (Danilevicz, 2010, p.65).

Além disso, a África do Sul é considerada uma economia importante no continente africano, pois tem participado ativamente na criação dos organismos de integração regional, na zona da África Austral. Na relação com o resto da África Austral se destaca como principal interlocutor com os países não africanos. Por isso, a presença da África Sul no BRICS tornou-se muito relevante, sobretudo a partir de sua entrada no grupo por ser o único ponto de contato no continente (Visentini; Danilevicz, 2010, p. 67).

Os BRICS constituem-se em um polo de diálogo que fortalece a cooperação internacional entre os integrantes. Da mesma forma, se torna um objeto de estudo, refletindo sobre os problemas relacionados ao desenvolvimento global. Desse modo, pode possibilitar aos países dos BRICS se beneficiarem de um melhor desempenho nos projetos de grande investimento que possam facilitar o desenvolvimento. Já que todos os países do BRICS têm uma importância considerável na economia mundial. Segundo as estimativas, o agrupamento teria capacidade de transformar-se em potências econômicas e participar como agentes ativos no processo decisório de governança global (Baumann, 2015).

Dessa forma, salienta-se que a participação da África do Sul no BRICS revela-se positiva em vários aspectos para seu desenvolvimento econômico. No entanto, na presente pesquisa é importante investigar até que ponto essa afirmação é sustentável. Embora haja possíveis argumentos que possam sustentar isso, uma análise fundamentada é necessária para avaliar os desafios pertinentes relacionados a essa problematização. Dessa maneira, a pesquisa se propõe a responder à seguinte pergunta: como a participação no BRICS impactou o desenvolvimento econômico na África do Sul no período de 2011 até 2020? Nesse sentido, partindo desse problema de pesquisa, procura-se investigar se há contribuição dos BRICS no processo de desenvolvimento econômico da África do Sul. Por conseguinte, este trabalho tem por objetivo analisar as principais contribuições dos BRICS na África do Sul desde a sua adesão no grupo, em 2011, até o início de 2020, quando teve início da Pandemia COVID-19. Para tanto, uma análise apurada precisa ser feita para descortinar as ações durante todo o período com resultados obtidos no país.

Ao abordar as questões da temática, considera-se uma ampla gama de perspectivas. Assim, pode-se afirmar que é possível ter uma compreensão mais abrangente e completa

não é abordado amplamente, pois está fora do marco temporal, porém reconhece-se a sua importância para África do Sul e sabe-se que deixou alguns traços que têm repercussões na sociedade sul-africana.

sobre o impacto da participação da África do Sul no BRICS em relação à contribuição do grupo no processo do seu desenvolvimento econômico. Assim, esse trabalho de pesquisa tem como hipótese que a participação da África do Sul no BRICS teve impacto positivo no desenvolvimento econômico do país, levando em conta que se reflete em maior crescimento econômico, aumento do seu comércio exterior, acesso ao financiamento para os projetos de infraestrutura, transferência de tecnologia e inovação, ademais do fortalecimento das relações comerciais e diplomáticas entre os demais países membros do BRICS.

Por consequência, esse trabalho se justifica pela relevância e dinâmica do grupo BRICS. O agrupamento se construiu a partir da união de cinco países emergentes, tornando-se um mecanismo multilateral muito importante no cenário internacional. Nesse contexto, o bloco tem se fortalecido cada vez mais. Assim, seus membros se transformaram em agentes econômicos ativos e potentes, sendo capazes de influenciar o processo de tomada de decisão nas grandes instituições no sistema da governança global. Além disso, o BRICS se tornou um tema de estudo muito debatido, tanto no campo acadêmico quanto na política internacional.

Ademais, vale destacar que as nações do BRICS (Brasil, Rússia, Índia e África do Sul) anunciaram na última cúpula realizada em agosto de 2023, em Johannesburgo, na África do Sul, a admissão de seis novos membros, a saber: Argentina, Arábia Saudita, Etiópia, Egito, Irã e Emirado Árabe Unido. Esses novos membros, dentre os quais se destaca a presença de dois países africanos, se tornarão membros plenos a partir do primeiro de janeiro de 2024 (BRICS, 2023). Assim, o grupo busca reforçar-se com os países de economias emergentes com intuito de reformular a arquitetura da ordem mundial ao promover uma alternativa aos países do Sul Global em um novo modelo de cooperação internacional para o desenvolvimento (BRICS, 2023).

No BRICS, reconhece-se a importância do multilateralismo e o papel fundamental do grupo em tomar iniciativa para que os países possam trabalhar em conjunto. Assim, pode permitir lidar com os riscos e desafios da economia mundial para atingir os objetivos em comum, como desenvolvimento sustentável. É importante ressaltar que o surgimento do BRICS foi resultado do crescimento econômico de um grupo de países emergentes, advogando uma reforma estrutural nos principais fóruns internacionais (BRICS, 2021). A atuação do BRICS como grupo no Sistema Internacional tem sido muito significativa para todos integrantes, pois lhes permite ganhar peso e, se projetar positivamente nos outros organismos no sistema de governança global (Ribeiro; Moraes, 2015).

Por fim, acredita-se que a expansão do grupo com o advento dos novos membros revela-se histórico. Dessa forma, o BRICS se torna mais potente como um grupo de países

não-ocidentais que representa mais de uma quarta parte da economia mundial. Em consequência, afirma-se o comprometimento do grupo em encorajar a cooperação multilateral financeira para desempenhar um papel construtivo em estabelecer mecanismos para o consenso global sobre a política da economia global, com vistas a permitir prevenir os riscos sistêmicos da disfunção econômica e, fragmentação financeira do sistema (BRICS, 2021).

Para a realização desse trabalho de pesquisa utiliza-se a metodologia de revisão bibliográfica, realizam-se análises bibliográficas dos autores teóricos de Relações Internacionais e de documentos oficiais tratando a temática. Assim, neste esforço, usam-se as fontes primárias, a saber: documentos das reuniões, cúpulas oficiais organizadas pelas autoridades como também se realiza uma revisão de literatura de fontes secundárias de maneira qualitativa e descritiva. Dessa forma, foi feito um levantamento dos dados importantes para dar embasamento à pesquisa. Também é importante mencionar que os dados econômicos levantados para abordar o tema permitem dizer que nossa pesquisa é também quantitativa, pois se precisam tratar os dados para obter resultados da pesquisa.

Em relação à revisão teórica bibliográfica, trata-se de bibliografia pública que é acessível no campo acadêmico. Esse tipo de pesquisa é muito comum e, a sua adoção permite acessar os documentos pertinentes e recentes da área. Assim, a pesquisa fundamenta-se na análise interpretativa dos textos acadêmicos com a luz da teoria liberal das Relações Internacionais e uma análise interpretativa dedutiva para analisar os principais dados e indicadores das instituições oficiais. As principais fontes de busca usadas para realizar essa pesquisa são as fontes acadêmicas, a saber: Google acadêmico, biblioteca da UFRGS, Scielo, Capes e alguns sites oficiais, como UNCTAD, Banco Mundial (BM), Fundo Monetário Internacional (FMI), entre outros. Por fim, vale destacar os principais documentos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e da Fundação Alexandre Gusmão (FUNAG) como Estudos e documentos do BRICS, Nova agenda internacional dos BRICS e Conhecer os BRICS. Essas obras organizadas reuniram vários artigos de diferentes autores e relatórios de reuniões e cúpulas que nos permitem obter um bom embasamento para análise e discussão da temática.

Além do objetivo geral citado anteriormente, no qual se busca analisar as principais contribuições do BRICS no desenvolvimento econômico da África do Sul a partir do seu ingresso no grupo em 2011 até 2020 antes da Pandemia, esse trabalho será estruturado com três objetivos específicos como elementos-chave para a elaboração dos três capítulos do trabalho e o quarto ponto será considerado como resultados obtidos na conclusão. Assim, divide-se o trabalho em três capítulos, após essa introdução. No primeiro capítulo, será

abordado o tema com uma análise teórica, dando a fundamentação para a realização desse trabalho com a lente da teoria liberal para entender melhor a lógica da cooperação internacional que fez emergir o mecanismo BRICS. Ademais, elenca-se os pontos importantes dessa cooperação que tende a promover o desenvolvimento e sua importância na construção das relações entre os Estados no cenário internacional.

O segundo capítulo tem por objetivo analisar a agenda dos BRICS e os acordos assinados relacionados ao investimento externo e ao comércio internacional. Isso pode ser feito a partir dos elementos norteadores empíricos desde o surgimento do mecanismo, analisando sua agenda política, econômica e diplomática para alcançar os seus principais objetivos, posicionando-se como ator importante nesse processo de mudança e transformação da economia mundial. Neste capítulo será abordado também o processo de institucionalização do BRICS, destacando-se a criação do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD).

O terceiro capítulo tem como objetivo avaliar os indicadores socioeconômicos sul-africanos, bem como os dados de comércio da África do Sul (com o mundo e com os parceiros do BRICS). Nessa terceira parte, entende-se analisar e avaliar os dados dos principais indicadores socioeconômicos nos quais o agrupamento BRICS teria uma participação muito significativa a qual possa gerar impactos no processo de desenvolvimento da África do Sul. Por fim, elabora-se uma análise dos dados levantados para o entender da melhor forma possível como o mecanismo do BRICS poderia ser importante para gerar o desenvolvimento, assim, apresenta-se como considerações finais os principais elementos que foram identificados e obtidos como resultados da pesquisa.

2 ANÁLISE TEÓRICA E CONCEITUAL DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL E DO DESENVOLVIMENTO

O presente trabalho se apoiará nas leituras liberais das Relações Internacionais a respeito da Cooperação Internacional, do Livre-Comércio e do papel das instituições. Além disso, nesse capítulo, discute-se o conceito do desenvolvimento, assim, busca-se entender os diferentes temas conceituais da atualidade relacionados ao desenvolvimento.

2.1 COOPERAÇÃO INTERNACIONAL E LIBERALISMO INSTITUCIONAL

Nas relações internacionais, os atores estatais e não-estatais procuram promover a cooperação internacional como um meio para interação, pois ela permite o compartilhamento de experiências, conhecimentos e informações. Da mesma maneira, pode-se perceber que a cooperação mútua é importante para o futuro das relações, pois tende a desenvolver e construir relações mais sólidas e duradouras. Assim, pode-se entender a importância da cooperação em si, a qual se torna um canal para que os países possam cooperar e trabalhar em conjunto da melhor maneira possível a fim de fortalecer as suas relações. Sendo que é preciso que haja a interação entre os atores para discutir e identificar os interesses divergentes e os possíveis pontos de convergências. Em consequência, os atores podem manifestar a vontade de encontrar os pontos de convergência para viabilizar a interação a fim de alcançar a compatibilidade na cooperação (Axelrod; Keohane, 1985, p.124).

Keohane e Nye (1987), nos seus escritos sobre o conceito de interdependência no Sistema Internacional, explicam a possibilidade de os Estados cooperarem entre si por meio das outras entidades, já que os Estados não seriam considerados como entidades unitárias nas relações internacionais. Dessa forma, percebe-se que se enfatiza a importância da existência de outros atores nas relações internacionais. O conceito de interdependência vai além da questão de segurança, caracterizando-se pela diversidade, tratando-se das questões comerciais, sociais e culturais, além dos interesses defendidos e perseguidos pelos Estados. As instituições internacionais definem seus próprios objetivos, que possam ser alcançados por meio de políticas estabelecidas, sabendo que os interesses dos Estados podem ser múltiplos e variados (Keohane; Nye, 1987 p. 22).

Assim, a partir da atuação dos outros atores como canais múltiplos de contato entre as sociedades, pode-se observar que as relações internacionais podem ser construídas por meio das instituições transnacionais, já que algumas questões muito relevantes na política mundial

não são tratadas diretamente entre os Estados. Isso se dá porque as relações transnacionais e o sistema interestatal ganharam relevância na política contemporânea, e tornaram-se um dos meios importantes para estabelecer os contatos e relações em diversas áreas no Sistema Internacional (Keohane; Nye, 1989, p.331). Portanto, a existência de canais de contato pode contribuir com os Estados na expectativa de possibilitá-los vislumbrar ou calcular os limites. Nesse caso, as autoridades deveriam perceber as manipulações de interdependência. Assim, os interesses nacionais devem ser analisados de acordo com os atores em questão. Também é importante enfatizar as estratégias de interdependência no envolvimento da elaboração da agenda política do Estado.

Baseando-se nos fundamentos do liberalismo, vê-se que pode contribuir grandemente para explicar os arranjos institucionais entre as nações. Sobretudo, propõe-se uma visão de cooperação entre os Estados, defendendo a integração econômica e política. Ante a ausência da hierarquia, enfatizada pelo liberalismo no Sistema Internacional, analisando esse ponto com a corrente liberal, percebe-se que isso tem efeito no comportamento dos Estados, que têm de cooperar e colaborar com diversos tipos de atores na busca pelos objetivos comuns. Além disso, salienta-se que os objetivos mútuos tendem a ser muito determinantes na busca de cooperação. Ademais, as estratégias multilaterais são utilizadas pelos Estados na constituição dos regimes capazes de alterar a estrutura do sistema (Oye, 1985).

O liberalismo institucional, como um dos pontos mais importantes da teoria liberal, parte do pressuposto de que as instituições são essenciais na criação de estrutura para o bom funcionamento do sistema internacional, pois as instituições estabelecem as leis fundamentais. Nesse caso, embora os Estados sejam os atores principais do sistema, o pensamento liberal enfatiza a importância das instituições, que são capazes de criar regras e normas de direito para sobrevivência (Nogueira; Messari, 2005). Essa corrente pode ser entendida na construção das instituições multilaterais, tendo seus fundamentos na visão de cooperação.

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, os países reuniram-se e decidiram criar várias instituições para estabelecer as normas e regras para condicionar a atuação dos Estados no sistema internacional. Dessa mesma forma, vários acordos também foram assinados entre os Estados com objetivo de limitar o estado de guerra no sistema internacional. As principais instituições pós-guerra são: o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e a Organização das Nações Unidas (ONU). Por consequência, por meio delas estabeleceram-se as regras para determinar o processo de cooperação. Por fim, a criação dessas instituições tem os fundamentos na teoria liberal, que

acredita que as instituições, como os Estados, são atores muito importantes para o sistema internacional (Nogueira; Messari, 2005).

Em torno da visão do Estado liberal, entende-se um sistema de livre concorrência que é capaz de promover ao nível nacional e internacional um estado de prosperidade para os atores. Esse perfil de Estado liberal tende a adaptar-se no consenso dos atores para evitar o estado de guerra. Pratica-se a cooperação, respeitando as normas estabelecidas pelas instituições. Dessa forma, na visão do liberalismo institucional, entende-se que os Estados são suscetíveis as regras intergovernamentais e também são transparentes no processo decisório com suas respectivas populações. Para autores como Keohane (1987) e Krasner (1982) as instituições são um conjunto de regras formais e informais e são interconectadas entre si, pois desempenham um papel importante no comportamento dos Estados. Assim, admitem que as instituições consistem em estabelecer mecanismos significativos nas relações internacionais, capazes de moldar as normas e influenciar os comportamentos dos atores estatais (Keohane, 1987).

Participar nas instituições internacionais pode ser importante e estratégico para um Estado, isso pode ser feito de forma voluntária sem exigência. Portanto, precisam-se levar em consideração os principais objetivos e temas de um organismo antes de aderir-se, em vistas de enxergar o nível de convergências que podem levar a uma suscetível cooperação. Os diferentes temas tratados e abordados revelam-se determinantes para tomar decisões políticas que possam levar os atores aos pontos de convergência para a realização da cooperação. Assim, percebe-se que isso é muito benéfico para as autoridades estatais, visto que possibilita ter acesso a um mecanismo que planeja e trabalha em conjunto sobre determinadas questões, com menores custos incentivando os atores a cumprir os propósitos (Keohane; Nye, 1987).

A visão do liberalismo institucional defende o importante papel que desempenham as organizações internacionais no Sistema Internacional com sua habilidade de estabelecer contatos com os Estados, estimulando a cooperação. Assim, argumenta-se que na governança global precisa-se enfatizar o papel central das organizações, pois, por meio delas, encontram-se os meios explícitos para explicar as Relações Internacionais. De acordo com o liberalismo institucional, as Organizações Intergovernamentais são um grupo de Estados conscientes de seus interesses e valores em comum, assim enxergam a possibilidade de atingir esses valores ao estabelecerem um conjunto de regras e normas para definir as suas relações com limites e respeito uns com os outros no sistema Internacional (Keohane, 1987). Nessa perspectiva, percebe-se que a ideia das instituições internacionais defendida pela teoria liberal se

fundamenta na concepção de cooperação internacional para que os atores possam alcançar seus próprios objetivos e interesses em comum.

Por consequência, as instituições internacionais, na visão do liberalismo, atuam no cenário internacional como promotoras de cooperação, sendo os elementos fundamentais capazes de criar laços entre diferentes atores estatais e não-estatais. De fato, as instituições internacionais são atores de grande importância na política mundial. Embora possam ter diferentes denominações, como multilaterais, regionais e bilaterais, sempre interagem entre si através das normas e regras estabelecidas que definem seus papéis nas Relações Internacionais. Sendo assim, o liberalismo institucional enfoca-se no multilateralismo e na cooperação e na sua capacidade de disseminar ganhos mútuos entre os atores na governança global (Krasner, 1982).

De acordo com Keohane (1987), as instituições internacionais podem ser concebidas de três formas distintas. Assim, designa as instituições com seus nomes e as maneiras como trabalham conforme seus propósitos no cenário mundial. Destacam-se as organizações intergovernamentais que são criadas a partir das iniciativas do Estado. Normalmente, as organizações são compostas por pelo menos três Estados, a razão de existência dessas organizações está ligada às atividades que esses Estados desempenham no cenário internacional e também são regidas pelos tratados internacionais, tendo obrigações jurídicas. Essas organizações são múltiplas, por exemplo, pode-se elencar: a Organização das Nações Unidas (ONU), o Tratado Norte Americano de livre Comércio (NAFTA), a Organização do Tratado do Atlântico do Norte (OTAN).

Ademais, existem os regimes internacionais, que são normas e regras internacionais institucionalizadas sobre um determinado tema. Essas entidades são diferentes das OIGs, sendo compostas de entidades públicas, privadas e mistas. Diferentemente das Organizações Intergovernamentais, não são regidas por tratados internacionais, portanto têm suas próprias normas, regras e princípios que correspondem às necessidades de um tema específico. Tendem a incidir sobre o comportamento do Estado, impondo certas obrigações sobre determinadas atividades. Assim, pode-se citar como exemplo os regimes internacionais de proteção do meio ambiente, os regimes internacionais de comércio internacional e os regimes internacionais de direitos humanos. Conforme Krasner (1982) os regimes são um “conjunto de regras, normas e procedimentos de tomada de decisões em torno dos quais atores convergem em uma área temática”.

Por fim, apresentam-se as convenções, que são conhecidas como instituições internacionais menos formais, gozando da flexibilidade na execução e aplicação das normas.

A sua forma de atuação consiste nas ações práticas internacionais e normas formais provenientes de costumes. Suas regras e procedimentos são implícitos em determinados temas. Nos procedimentos das convenções, espera-se que os acordos possam facilitar a coordenação entre os atores de maneira a alinhar o comportamento dos Estados sobre um determinado assunto. Assim, se pode perceber que todas essas instituições são interconectadas entre si e desempenham um papel fundamental nas Relações Internacionais.

2.2 LIVRE-COMÉRCIO

Um dos principais temas que têm dominado a teoria liberal é o livre-comércio, sendo as trocas comerciais uma atividade essencial nas relações interestatais. Dessa forma, serve-se como elemento fundamental na aproximação dos países. Ademais, observa-se que se ampliaram com advento do neoliberalismo nos anos 1980. Dessa forma, os atores no sistema internacional entendem que o livre-comércio teria certas vantagens que poderiam contribuir para o desenvolvimento econômico dos Estados. Por fim, o livre-comércio é capaz de gerar laços econômicos entre os países, ao favorecer um ambiente de paz entre eles (Nogueira; Messari, 2005).

Portanto, o neoliberalismo, com a globalização, teve uma redefinição do liberalismo clássico. A visão neoliberal foi alimentada com a ideia principal de modificar as regras para regulamentar as relações econômicas internacionais. Acredita-se no ordenamento do sistema e na liberalização econômica. No entanto, foi alvo de inúmeras críticas em alguns países periféricos, nos quais se argumentava que o neoliberalismo não se adequa ao plano desenvolvimentista do Estado (Nogueira; Messari, 2005). Por consequência, a visão neoliberal tem se fortalecido com uma nova agenda global, que contribuiu para promover a difusão de valores neoliberais. Assim, surgiu a ideia da governança global, preconizando o crescimento da economia internacional através de uma liberalização econômica nos governos. Além disso, foi incentivado o estabelecimento de uma política liberalizante para que os Estados possam permitir a internacionalização econômica (Andrew, 1997).

Os liberais acreditam que as trocas comerciais podem ser um incentivo para que as indústrias do país cresçam de maneira a ser competitivas no comércio internacional. Dessa forma, trabalha para aperfeiçoar os produtos manufaturados em vistas de atingir um posicionamento de destaque no comércio internacional. Participar no comércio internacional pode ser muito vantajoso para os Estados, dado que servem com isso para complementaridade

sem criar uma dependência. Dessa forma, os Estados podem criar condições de equilíbrio no mercado internacional. Assim, as trocas comerciais, mesmo que sejam competitivas, tendem a abrir novos horizontes para os Estados envolvidos, facilitando acesso às melhores condições tecnológicas aos novos mercados, possibilitando criar um equilíbrio na sua economia a fim de atingir a taxa de crescimento (Nogueira; Messari, 2005).

A teoria liberal acredita que o livre-comércio é muito benéfico para as nações. Os acordos comerciais celebrados entre os Estados tendem a promover paz no cenário mundial. Dessa forma, harmoniza as relações interestatais ao evitar conflitos no sistema. Além disso, argumenta-se que os conflitos armados prejudicam muito o comércio entre as nações. Para os liberais, fica claro que o comércio interacional é indispensável para o crescimento econômico mundial. O comércio cria laços entre as nações, estimula a adotar uma política cooperativa e mais harmoniosa em vez de uma política agressiva, conflituosa. De fato, o comércio reforça uma política favorável às condições de bem-estar do ser humano que pode contribuir para o progresso no mundo (Nogueira; Messari, 2005).

As relações econômicas internacionais que se desenvolveram entre os Estados estimulam as autoridades a buscarem soluções mútuas para algumas questões relacionadas às condicionalidades impostas na implementação da política comercial de um determinado país. Por conseguinte, constata-se uma nova onda no comércio internacional, onde os Estados buscam se organizar em blocos econômicos regionais e multilaterais de maneira a facilitar o comércio com celebração de acordos e tratados internacionais, com objetivo de estreitar as relações comerciais para atender as condições norteadoras, favorecendo o livre-comércio de bens e serviços entre os Estados mediante de acordos de integração econômica (Morbideli, 2009).

Dessa forma, os Estados formam blocos de integração econômica em busca de satisfazer suas necessidades e seus interesses comuns, eliminando barreiras comerciais e facilitando a livre circulação de mercadorias bens e serviços. Essa lógica de integração econômica defende que os Estados atuem em comum acordo, liberando as tarifas comerciais e aduaneiras sobre os produtos estrangeiros oriundos dos Estados-membros do bloco. Nessa perspectiva, visam-se o desenvolvimento econômico comum com as novas descobertas e novos mercados para impulsionar a economia desses Estados membros. O mercado comum criado entre os Estados objetiva em primeiro a promover uma cooperação econômica capaz de auxiliar nesse processo de alcançar o objetivo de desenvolvimento econômico (Stelzer, Nascimento 2009).

Por consequência, percebe-se que o grande objetivo deste acordo para criação de blocos de integração econômica é para facilitar a promoção do desenvolvimento econômico por meio de livre-comércio, dando melhores condições para que os Estados membros aproveitassem dessas seguintes possibilidades: a eliminação de barreiras, a promoção para aumento de investimentos, a promoção e a facilitação para criação de zona de livre-comércio. Por fim, pode-se considerar que o intercambio comercial visa uma expansão do mercado e facilita o aumento das áreas interesses entre as nações, criando laços de contato e aprofunda a interdependência (Nogueira, 2005; Seltzer,2009).

2.3 COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO

A cooperação internacional para o desenvolvimento (CID) foi instituída após a Segunda Guerra Mundial. Os países vencedores da guerra, principalmente os Estados Unidos, procuravam materializar seu apoio para reconstrução da Europa, que foi destruída durante a Guerra. Os países membros fundadores da OCDE, e os Estados Unidos eram os principais constituintes do Plano Marshall, que teve por missão a reconstrução da Europa. No entanto, o plano Marshall tinha motivações políticas, pois visava aliança estratégica com a Europa ocidental, serviu-se como meio de cooperação internacional para o desenvolvimento entre os países membros da OCDE.

Com a evolução do tempo, a relação de (CID) se tornou muito complexa no mundo atual, visto que muitos países desenvolvidos deixaram de ser doadores e ao mesmo tempo assistiu-se também à ascensão de alguns países em desenvolvimento que eram receptores no período da Guerra Fria nas décadas 1960 e 1970. A (CID) tem ganhado cada vez mais destaque na política internacional. Por consequência, muitos países têm buscado espaço nessa nova linha de cooperação. Percebe-se que países em desenvolvimento, como Colômbia, México, Brasil se comprometeram a conceder uma parte dos seus recursos em vistas de apoiar outros países de menor expressão que estejam em dificuldade. A (CID) tem sido incluída na agenda política de cooperação internacional, assim muitos países desenvolveram uma política externa destinada especificamente para cooperação internacional para o desenvolvimento (Besharati, 2013).

Com a emergência dos países do Sul, ou seja, países em desenvolvimento, a conotação da (CID), teve uma outra abordagem na política externa. O tema de assistência ou ajuda humanitária não foi aceito na concepção da (CID) dos países emergentes. Por consequência, surgiu uma controvérsia ao consenso sobre o tema com essa nova

contextualização dos países emergentes. Foi concebida no quadro de cooperação internacional envolvendo duas entidades estatais. Dessa forma, o tema doador/receptores fazendo referências aos países desenvolvidos ricos e países receptores pobres foi substituído como parceiros na relação entre os países, visando a colaboração para os benefícios mútuos. Dessa forma, surgiu o conceito de cooperação Sul-Sul nas relações internacionais entre os países emergentes, priorizando a cooperação benéfica para o desenvolvimento dos Estados envolvidos (Souza, 2014).

Esse tipo de cooperação Sul-Sul não é o conceito principal tratado para esse trabalho, porém, o seu uso nessa seção é muito importante, pois caracteriza-se como cooperação entre os países emergentes ou em desenvolvimento, visando os interesses e benefícios mútuos sem impor as condicionalidades ideológicas e filosóficas ao país beneficiário. A (CID) foi objeto de questionamento durante muito tempo, discutiram-se a questão de critérios que definem a cooperação internacional para o desenvolvimento. Assim, surgiu a dúvida sobre a natureza da cooperação, questionando, se as cooperações de militar, de financiamento e de empréstimos se enquadram na cooperação de CID entre os principais atores.(Souza, 2014)

A CID se tornou um elemento incontornável na concepção da política externa dos países emergentes, portanto, foi sujeito de inúmeras críticas na época da guerra fria, pois os países da OCDE como Estados Unidos, impuseram condicionalidades ideológicas e políticas aos países beneficiários. No entanto, os novos atores, ao final, decidiram abordar o tema com uma conceituação diferente, enfatizando a cooperação técnica entre os atores. Assim, pode-se ver que a CID tem sido um instrumento importante na projeção dos novos atores no Sistema Internacional. Dessa forma, muitos países emergentes que eram receptores na cooperação internacional da CID. No século XXI, esses países emergentes se tornaram atores influentes, atuando no cenário mundial e se destacam pela forma que conduzem a política externa no âmbito da CID (Besharati, 2014, p.295).

Observa-se que os países emergentes, como Brasil, China, Índia e Turquia, têm se organizado politicamente, desenvolvendo uma política externa ativa e participando em vários mecanismos ao nível multilateral, bilateral e regional. Além disso, possuem uma diplomacia ativa, atuando como protagonistas e se tornaram importantes atores na CID e na Cooperação Sul-Sul (CSS). Dessa maneira, podem oferecer e receber projetos e financiamentos. São países que investem em diferentes projetos e têm grande importância na geopolítica mundial pelos seus tamanhos territoriais e suas posições geoestratégicas. Esses países têm tido um crescimento econômico considerável no início da década de 2000, permitindo-os desenvolver ainda mais a CID, atendendo mais países nas suas respectivas regiões (Milani, 2012).

No objetivo de responder adequadamente à política da cooperação internacional para o desenvolvimento, vários países tomaram a iniciativa de institucionalizar a cooperação internacional para orientar e canalizar os projetos conforme as necessidades dos parceiros. Os países emergentes, como Brasil, México, China, Índia e África do-Sul, criaram um órgão estatal nesse sentido que se encarrega de conduzir a cooperação internacional. Esses Estados idealizaram a CID com intuito de aproximá-la com a agenda de cooperação internacional como estratégias políticas estatais para aceder à abertura de mercados internacionais para suas empresas nacionais, com investimentos públicos e privados, e também para expansão de seu comércio exterior (Milani; Suyana; Lopes, 2013).

Em relação à fonte de financiamento de CID, o orçamento nacional é usado para financiar as iniciativas de cooperação internacional para o desenvolvimento. Assim, cada país aloca nos seus respectivos ministérios de Relações Exteriores uma pequena porcentagem do orçamento para cooperação internacional para o desenvolvimento. Aponta-se que os países emergentes concebem o meio de financiamento diferente dos países desenvolvidos membros da OCDE que usam recursos do Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD²). Dessa forma, os países podem recorrer aos recursos do fundo CAD para financiar os projetos voltados para a política de Cooperação Internacional para Desenvolvimento (Milani; Suyana; Lopes, 2013).

Na concepção de política externa na política internacional, com a dinâmica da cooperação internacional, os Estados tendem a deixar mais espaço para a execução de uma agenda política exclusiva para a CID. Para certos países desenvolvidos, a agenda de cooperação internacional para o desenvolvimento está estritamente focada na questão do desenvolvimento, na expansão do comércio e, nos investimentos nas áreas sociais, em vistas de reduzir a pobreza nas camadas mais vulneráveis dos países subdesenvolvidos. Portanto, a agenda da cooperação internacional para o desenvolvimento dos países emergentes é baseada em projetos de investimentos em infraestrutura, em energia e cooperação científico-tecnológica, incluindo também compartilhamento de conhecimento e experiências (Milani, 2013).

Em vários fóruns e cúpulas internacionais, os atores têm debatido bastante sobre a possibilidade de um possível consenso para harmonização nos projetos de (CID). Assim, assinalaram-se a importância de padronizar a atuação dos diferentes atores no cumprimento dos projetos. Advogaram-se uma unificação entre (CSS) cooperação Sul-Sul com (CAD) Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento dos países desenvolvidos com objetivo de coordenar as

² CAD é Comitê de ajuda ao desenvolvimento, é um órgão interno da OCDE responsável a questão de financiamento dos projetos de cooperação internacional para desenvolvimento CID

ações e conseqüentemente possibilitá-los obter uma melhor harmonização na execução dos projetos relacionados à cooperação internacional para o desenvolvimento. Essa visão de unificação seria capaz de permitir aos atores instituírem as normas por meio de um regime internacional estabelecendo as metas, os critérios de avaliação para evitar desgastes em vistas de ter complementaridade nas ações de todos os atores (Souza, 2013).

Vale ressaltar que o plano Marshall foi implementado para reconstrução da Europa, sendo considerado o primeiro grande passo nesse processo de institucionalização da CID. Em consequência disso, idealizaram-se os mecanismos técnicos para gerenciar os projetos, dando-lhes o instrumento legal analítico capaz de estabelecer vínculos qualitativos e quantitativos para a avaliação. Foi nessa lógica que os atores membros da (ONU) decidiram criar o Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento (PNUD) para gerenciar os fundos de auxílio para a reconstrução e também para o monitoramento dos projetos, assegurando boas qualidades e os seus possíveis resultados. Nos anos seguintes, com a Guerra Fria, a (CID) foi usada como ferramenta política ideológica dos Países de (OCDE), principalmente dos Estados Unidos, nos países do Terceiro Mundo e em desenvolvimento, para alcançar os seus objetivos políticos (Milani, 2013).

Para implementação e articulação da CID, observa-se que muitos atores estatais, não-estatais e multilaterais têm trabalhado nesse sentido, com objetivo de coordenar e institucionalizar esse tipo de cooperação, com vistas a desenvolver e financiar os projetos. Nesse sentido, a OCDE foi o primeiro órgão multilateral que foi instituído com objetivo de orientar e canalizar os projetos dos países ricos no âmbito da CID. Assim, tomou a iniciativa de criar vários outros organismos como o comitê assistência ao desenvolvimento (CAD) e Ajuda Oficial ao desenvolvimento (AOD) dentro da OCDE. Além disso, contribuiu para criação de Bancos de Desenvolvimento e do PNUD. Embora a OCDE seja o principal órgão pelo qual os seus membros contribuem para financiar os projetos de maneira multilateral, existem Estados que preferem usar suas próprias agências para execução ou condução de um projeto de maneira bilateral sem passar pela estrutura de CAD/OCDE (Milani, 2012).

A CID foi concebida na ideia de fornecer ajuda externa, no entanto, tem sido transformada ao longo do tempo, passando por reorientações por meio de um conjunto de reuniões e conferências entre todos tipos de atores: países desenvolvidos do Norte, os países do Sul, os organismos multilaterais entre outros. Essas entidades têm buscado mais eficiência e eficácia, defendendo-se uma nova reorientação da CID para integrá-la nas metas de desenvolvimentos das Nações Unidas.

Por fim, a CID é um campo de atuação internacional que envolve várias ações promovidas por diferentes atores nas relações internacionais, embora tenha sofrido várias conotações ideológicas e filosóficas de atores em certos períodos específicos na história. A ideia principal da CID se fundamenta na cooperação internacional necessária entre os Estados, com vistas de trabalhar junto para superar os desafios globais. Na teoria das Relações internacionais a CID poderia ser considerada e interpretada como regime na agenda do liberalismo. Vale salientar que a sua concepção e sua aplicação como conceito têm seus fundamentos no pensamento liberal de Relações Internacionais. Entre as teorias de Relações internacionais, o liberalismo seria o mais apropriado para interpretar e analisar a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (Milani, 2013).

2.4 O QUE SE ENTENDE SOBRE O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO

A ideia de desenvolvimento refere-se aos processos dinâmicos, complexos que contém essas variáveis ao nível econômico: a geração de renda, empreendimentos, financiamento e acumulação de capital. No decorrer do tempo, esses indicadores tiveram impactos sociais, ambientais e políticos. Para tanto, fica evidente a necessidade de buscar entender um novo modelo de desenvolvimento que possa combinar o crescimento econômico com a inclusão social, abarcando também a proteção ambiental e a qualidade de vida. Nessa perspectiva, o tema desenvolvimento começa a ser entendido como um processo complexo, que engloba diversos ramos, como social, econômico, e ambiental, sendo caracterizado pela necessidade de garantir a satisfação das necessidades básicas da humanidade (Molina, 2019).

Dessa forma, salienta-se sempre a questão do processo de melhoria das condições econômicas de uma sociedade. Portanto, ao longo do tempo esse fato é conhecido como desenvolvimento econômico. O processo de melhoria de condição de vida da população é descrito pelos economistas mediante o aumento da produção de bens e serviços, da renda *per capita*, da redução da pobreza, do aumento do emprego e da melhoria da qualidade de vida em geral de uma determinada população. Todos esses indicadores são considerados os componentes importantes do processo de desenvolvimento (Molina, 2019).

Nessa seção do texto, procura-se entender o desenvolvimento econômico na sua plenitude e sua relação com outros temas importantes relacionados ao desenvolvimento, como a industrialização, o desenvolvimento humano e o desenvolvimento sustentável. Observa-se que há muitos debates sobre a temática de desenvolvimento, principalmente nos meios acadêmicos e também na política internacional. Com a introdução das instituições

internacionais criadas pela ONU, refletindo sobre o conceito de desenvolvimento como pode ser aplicado em vistas de abarcar todas as facetas tratando-se da temática.

Assim, de uma abordagem mais ampla, os estudiosos apontam algumas caracterizações e distinções a respeito do desenvolvimento. Apresenta-se o crescimento econômico como um dos pilares fundamentais do desenvolvimento econômico, que abarca principalmente todos os indicadores econômicos relativos ao desenvolvimento que possam melhorar a qualidade de vida, alocando os diferentes recursos e diferentes setores da economia, observando os indicadores socioeconômicos do bem-estar social, a saber: pobreza, desemprego, condições de saúde, educação, moradia, entre outros (Vasconcellos, 2004).

Dessa forma, é importante mencionar que o desenvolvimento econômico não se limita exclusivamente ao crescimento econômico ou crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). De fato, outros fatores são considerados muito relevantes como: a distribuição de renda, a infraestrutura, a acessibilidade ao serviço de saúde e a educação. Nesse contexto, os países são considerados desenvolvidos ou em desenvolvimento conforme o nível de industrialização, a renda *per capita* e uma economia diversificada, isso tem sido uma definição clássica da Organização das Nações Unidas (ONU, 1972).

Assim, destaca-se os principais indicadores usados para medir o desenvolvimento econômico. Em primeiro, o PIB é o principal indicador, uma medida de valor de mercado que permite medir todos os bens produzidos em um determinado país em um período específico. Em segundo, tem-se a Renda *per capita*: é normalmente a média de renda da população dividida pelo número de pessoas quando ocorre um aumento de renda *per capita*, isso indica ter um melhor padrão de vida. Outro indicador muito importante que ganhou destaque nos debates das Nações Unidas é o Índice de Desenvolvimento humano (IDH), composto por PIB *per capita* e expectativa de vida, considerando-se o nível de educação e taxa de analfabetismo. De uma forma geral, abrange toda a questão do desenvolvimento humano. Tem-se também a taxa de pobreza, a redução de pobreza sendo objetivo importante para o desenvolvimento econômico. Assim, permite medir a porcentagem da população vivendo abaixo da linha de pobreza. Por fim, tem-se como indicador o acesso aos serviços básicos, como: educação, saúde, água potável, eletricidade e infraestruturas consideradas essenciais contribuindo para o bem-estar do ser humano (Souza, 2005).

Com a conceituação e a caracterização do tema, a partir do advento das Organizações Internacionais, o debate foi acirrado nos governos, nas instituições não-estatais e no campo acadêmico sobre a temática. Assim, os economistas têm enfatizado os pontos relativos às necessidades do ser humano que possam prover um bem-estar satisfatório. Haja vista a

relevância da discussão sobre o desenvolvimento econômico, enfatiza-se a concepção definida pela Organização das Nações Unidas, que considera os fatores importantes tais como: o aumento contínuo dos níveis de vida, incluindo o maior consumo de produtos e serviços. De acordo com Souza (2005), somente a renda *per capita* é insuficiente para refletir e distinguir os diferenciais de desenvolvimento entre países. Dessa forma, torna-se fundamental refletir e examinar os novos indicadores, apontando a melhoria nos aspectos sociais e econômicos. Esses novos indicadores englobam de forma mais abrangente, mais áreas como: alimentação, segurança, atendimento médico e uma melhor qualidade de vida. Além disso, enfatiza-se a importância de tomar medidas necessárias para redução da pobreza (Souza, 2005).

Da mesma forma, defende-se a necessidade de ter crescimento contínuo da economia, para que possa haver o desenvolvimento real. Isso tende a envolver mudanças estruturais sociais e econômicas, e conseqüentemente pode contribuir no processo de melhoria dos indicadores econômicos. Normalmente, entende-se esse fenômeno ao longo prazo, com isso, pode-se pensar na questão de ampliação de mercado, sendo um elemento fundamental que possa auxiliar no aumento da produtividade e ao mesmo tempo possa contribuir na elevação do nível de bem-estar da população em geral (Souza, 2005).

Acredita-se que uma política econômica implementada pelo Estado se revela imprescindível para o auxílio ao crescimento econômico. Ao tomar certas medidas propícias a economia, o Estado incentiva o investimento que possa conseqüentemente resultar em um melhor desempenho da economia em termos de criação de emprego, aumento da renda média da população, além disso permite à população ter uma participação mais ativa nas estruturas produtivas. Para certos economistas, é necessário que haja mudanças nas estruturas políticas, econômicas, sociais e institucionais para ter desenvolvimento, pois envolve-se em todos setores do governo e também cabe salientar a interdependência que existe entre diferentes setores produtivos da nação. Pode-se servir de estímulo para melhoria da produtividade e a renda média da população (Souza, 2005, p.259).

Por conseqüência, destacam-se algumas transformações estruturais que estão associadas ao aumento da demanda de produção, do emprego, do comércio exterior e dos movimentos de capitais. De modo geral, esses tipos de mudanças são capazes de definir o rumo do sistema econômico, passando da fase de um sistema antigo, obsoleto, para um sistema econômico moderno, tendo como base novas tecnologias e economia de informação. Assim, vale salientar alguns exemplos de mudanças estruturais: aumento da população empregada na indústria moderna, aumento da produção agrícola obtida com insumos modernos (máquinas modernas, fertilizantes), diversificação da produção agrícola e industrial

com produtos manufaturados destinados para exportações, aumento do número de trabalhadores mais instruídos no mercado de trabalho e, por fim, novas agroindústrias, cooperativas de produção, e assistência técnica entre outros (Souza, 2005).

Além disso, destacam-se os fundamentos do crescimento econômico no mercado interno, possibilitando a obtenção de uma maior estabilidade e uma diversificação da economia, permitindo atingir o progresso tecnológico e conseqüentemente o aumento de capital. No entanto, é importante assinalar que um incremento significativo no mercado interno tende a aumentar a participação gradativa da população na economia nacional. Dessa forma, pode-se constatar uma elevação considerável da renda *per capita* e um aumento de nível de emprego contribuindo na questão da redução da pobreza e ao mesmo tempo possibilitando ao Estado uma melhor arrecadação de fundos para investir e gastar nas camadas mais vulneráveis da população (Souza, 2005).

Por conseguinte, precisa-se analisar essa renda *per capita* no seio da população, verificando de que forma isso pode ser atribuído à qualificação da conotação de desenvolvimento. Dessa maneira, é preciso observar e avaliar se houve uma distribuição de renda feita de forma equitativa, que consiga encarregar-se de ter impactos positivos na vida real da sociedade, contribuindo de fato na construção de melhores moradias e as melhores condições de emprego. Dado que um simples aumento de renda não pode ser atribuído ao desenvolvimento, isso normalmente deve ser acompanhado de melhoria nos principais indicadores. Para tanto, deve ser efetivo na evolução do bem-estar da população, melhoria na qualidade de vida em termos de educação, acesso à saúde e à segurança entre outros.

Assim, os economistas como Prebisch (1977) e Furtado (1961), consideram o desenvolvimento como expressão de mudanças sociais, econômicas, políticas e institucionais na estrutura de uma sociedade. As transformações realizadas são importantes em relação à melhoria dos principais indicadores. Além disso, elenca-se a melhoria nas condições de vida, sociais e econômicas, para atingir o real desenvolvimento. A industrialização tem sido um fator importante no processo de desenvolvimento econômico, isso requer um capital adequado para criação e aumento de emprego, assim pode desempenhar um papel fundamental na elevação da produtividade. O desenvolvimento industrial é sempre considerado um elemento essencial para o crescimento econômico. Considera-se, em muitos países, como motor do desenvolvimento, pois geralmente a criação da indústria e a produção em grande escala resultam em aumento da produtividade, aumento de renda e criação de empregos.

Ao pensar no processo de industrialização, é preciso entender a necessidade de alinhar o desenvolvimento industrial com os objetivos socioeconômicos, é necessário que sejam

compatíveis, de maneira a poder contribuir na elevação do padrão de vida da população. Consequentemente, isso tende a suscitar o aumento da produtividade, e ademais participa no intercâmbio no comércio exterior que pode contribuir enormemente para o crescimento do país. De fato, a industrialização é um componente importante no desenvolvimento econômico em termos gerais (Prebisch, 1977).

Discute-se o desenvolvimento econômico baseado na industrialização para certos países, isto tem sido muito benéfico no aproveitamento das condições estabelecidas para isso. Portanto, ao associar isto com alto grau de investimento estrangeiro, pode haver certos descumprimentos aos serviços financeiros e resultar em alguns fatores negativos. Esses pontos são fundamentais de serem considerados no processo de financiamento relacionado ao investimento estrangeiro na industrialização. Nesse contexto, seria importante ao Estado orientar os investimentos com vistas a equilibrar o intercâmbio comercial, aumentando a produtividade e empregos ao mesmo tempo diminuindo a pressão sobre as importações (Prebisch, 1977).

Outro fator importante a ser considerado, pensando na industrialização, tendo em vista que houve o envolvimento da população nesse processo de desenvolvimento da indústria, espera-se que isso tenha contribuído na elevação do padrão de vida das massas, sabendo que houve um grande número de trabalhadores empregados nas indústrias, no transporte e na produção primária. No entanto, de acordo com Prebisch (1977), é importante que haja acumulação de capital para que o Estado possa realizar uma grande parte dos seus investimentos industriais. Além disso, salienta-se que é necessário tomar cuidado com o alto grau de capitalização, o que exige muitas vezes um padrão de consumo que não reflete as condições de modalidades de consumo dos trabalhadores.

A relação entre a industrialização e o desenvolvimento é complexa e isso tem sido debatido em várias pesquisas, levando em conta vários fatores em economia, sociologia e outras disciplinas, sendo um indicador fundamental, desempenhando um papel importante nas principais características relacionadas ao desenvolvimento. Assim, muitas vezes consideram um país desenvolvido a partir de seu grau de industrialização, e frequentemente argumenta-se que países industrializados são países desenvolvidos. Embora a industrialização possa contribuir enormemente ao desenvolvimento de um determinado país ou região, não é suficiente, e isso não ocorre de forma automática, pode haver grandes desafios no caminho, como degradação ambiental, desigualdade de renda, urbanização desorganizada, e exploração da mão-de-obra da população local (Furtado, 2000).

No entanto, com melhoria de obtenção da produtividade, a industrialização tem sido elemento-chave no processo da elevação do progresso técnico da população, melhorando consideravelmente a produção industrial. Nesse caso, pode constatar que o crescimento de emprego industrial tende a efetuar transformações nos empregados de setores da produção primária, e deslocá-los para setores mais específicos relacionados à industrialização, de acordo com a evolução do emprego industrial. Considerando-se essa melhoria inicial na produtividade e a forma de produção, o emprego no setor industrial pode ser muito significativo no aumento líquido da renda nacional (Prebisch, 1977).

Como o processo de industrialização revela-se muito importante para uma sociedade, de fato, é preciso definir um plano por meio de industrialização. Em certos casos, pode ser considerado como meio para atingir os objetivos ideais, como a autossuficiência, produzindo determinados produtos para a população local. A partir disso, precisa-se saber se o objetivo é ser autossuficiente nos bens que as massas consomem. Caso isso seja o objetivo principal, é necessário entender que isso pode ter impactos negativos sobre a indústria, passando dos limites, pode ter um impacto considerável na produtividade. Assim, as estratégias e os planos devem ser adequados à realidade específica de cada país.

Tratando-se o conceito do desenvolvimento, a organização das Nações Unidas tem destacado dois temas conceituais necessários em relação ao desenvolvimento, a saber: o IDH, um indicador muito importante para a temática do desenvolvimento humano; e o Desenvolvimento Sustentável, esse último foi debatido e institucionalizado nos anos 1970. Primeiramente, aborda-se as questões do meio ambiente, conseqüentemente tem ganhado destaque nas últimas décadas, acaba abarcando o desenvolvimento social e econômico, enfatizando uma economia verde, ou seja leva em consideração a questão da sustentabilidade ambiental.

Diferentemente do aspecto de crescimento econômico, que se enfoca principalmente nos indicadores econômicos, o conceito de desenvolvimento humano, que se originou no seio das Nações Unidas, tende a explicitar os processos de ampliação do ser humano com suas escolhas de acordo com as capacidades que possui para alcançar as suas oportunidades. Nesse contexto, é importante levar em conta os aspectos do desenvolvimento social. Enfatiza-se o papel do IDH em uma sociedade a partir de seu grau de bem-estar das pessoas na sociedade (PNUD, 2022).

Normalmente, os aspectos socioeconômicos são importantes e têm uma participação significativa para o desenvolvimento humano, tratando-se das condições e oportunidades que uma pessoa poderia obter para que possa alcançar o estágio do desenvolvimento humano. O

conceito IDH foi introduzido por meio das reuniões da ONU, e serve como medida para avaliar o nível de desenvolvimento em diversos países. O IDH leva em consideração vários aspectos, caracterizando-se o padrão de vida relacionado ao bem-estar das pessoas em um determinado país. Dessa forma, usam-se as três principais dimensões para mensurar o IDH. Essas características referem-se primeiro à saúde, possibilitando ter uma expectativa de vida saudável, e isso tende a contribuir para longevidade da pessoa. Em segundo lugar, tem-se a educação, que prioriza o acesso à educação para as crianças, assim a escolaridade é um aspecto fundamental na mensuração do IDH. A terceira dimensão refere-se à questão de padrão de vida da população, isso é a renda *per capita* que representa o PIB, enfatizando-se o poder aquisitivo da população (ONU, RIDH, 2022).

Nesse contexto, o desenvolvimento humano mostra necessidade de trabalhar com outros indicadores que possam contribuir para o desenvolvimento, considerando o aspecto social, econômico e cultural sem focar exatamente no único aspecto do crescimento econômico. Em consequência disso, os planos estratégicos de uma política pública adequada têm de ser implementados em vistas de corroborar com a elevação do padrão de vida das pessoas, possibilitando-as os meios para se desenvolverem. Isso pode ser feito mediante um projeto político com uma forte superação da coletividade capaz de superar os problemas de subdesenvolvimento, ou construir o caminho necessário capaz de levar a sociedade ao estágio de desenvolvimento (Furtado, 2000). O objetivo do desenvolvimento humano concebido pela ONU pode ser alcançado por meio de desenvolvimento social, investindo no capital humano, consequentemente o indivíduo pode atingir um padrão de vida, desfrutando o bem-estar socioeconômico (Furtado, 2000).

A concepção de desenvolvimento sustentável promovida pela ONU por meio de seus organismos tem por objetivo promover o desenvolvimento em toda sua plenitude, englobando vários temas. Sendo que se destaca importância para a proteção do meio ambiente, ou seja, enfatiza-se uma economia verde, acredita-se em um crescimento econômico melhorando os principais indicadores socioeconômicos, levando em conta a necessidade de proteger o meio ambiente para não causar a degradação ambiental, sendo este um dos principais objetivos da ONU. Ainda, enfoca-se na necessidade de satisfazer o bem-estar da humanidade, com as metas específicas para atingir esse estágio de desenvolvimento. Por isso, a necessidade de preservar o meio ambiente no qual se vive faz parte da nossa obrigação cotidiana. Nessa perspectiva, o desenvolvimento sustentável tornou-se o ideal quando se pensa nas diferentes conotações atribuídas ao tema desenvolvimento. Em consequência disso, existe todo um movimento que abraça o tema de desenvolvimento sustentável, lutando contra a degradação

ambiental, buscando a melhor forma possível para usar os recursos naturais. Dessa forma identifica-se os problemas como poluição, desmatamento, e degradação ambiental em geral que tendem a prejudicar a qualidade de vida no planeta (Oliveira, 2002).

O foco principal da ideia do desenvolvimento sustentável consiste em promover o desenvolvimento com crescimento econômico capaz de satisfazer a geração presente sem comprometer a vida das futuras gerações, por isso faz-se necessário o uso consciente dos recursos naturais nos processos de crescimento econômico, no desenvolvimento industrial e tecnológicos entre outros (ONU; Comissão, 1991). Assim, pode-se aparecer problemas ambientais, mesmo tendo o crescimento industrial, nesse caso é preciso que o governo, as empresas junto com a sociedade civil tomem medidas necessárias e compatíveis que promovam a sustentabilidade socioeconômica e ambiental. Esse tema foi objeto de discussão pela primeira vez na conferência de Estocolmo, em 1972, e continua sendo um tema relevante nos debates (Guimarães, 1998). Naquela oportunidade, as autoridades governamentais e das organizações internacionais e não governamentais percebiam que a evolução do desenvolvimento industrial destacada como motor do desenvolvimento econômico em certos países afetava o meio ambiente, causando a degradação ambiental, como poluição no ar, e desmatamento, entre outros (Guimaraes, 1998).

Por conseguinte, revela-se importante considerar o desenvolvimento sustentável ao desenvolver projetos relacionados ao desenvolvimento econômico. Conforme Sachs (1997), o desenvolvimento vai além da multiplicação da riqueza. De qualquer forma, o crescimento é uma condição necessária para alcançar o desenvolvimento, porém, precisa-se de mais condições para levar uma vida feliz. Ademais, o autor acrescenta que o crescimento econômico, mesmo que seja acelerado, não se traduz em desenvolvimento se não contribui para a criação de emprego, se não reduz a pobreza ou até atenua ou diminui as desigualdades. O desenvolvimento deve ser o elemento de equilíbrio, de sintonia. Por conseguinte, adota-se o conceito de desenvolvimento sustentável, que leva em conta todas facetas de uma vida humana. O autor destaca o tema de tecnologia apropriado como elemento necessário para os países em desenvolvimento, visto que permite um crescimento intensivo em conhecimento, que pode leva-os ao progresso técnico e econômico (Sachs, 1997).

Desenvolvimento é necessário para o crescimento de um país, no entanto faz-se necessário se enquadrar nas metas estabelecidas na Agenda do Milênio das Nações Unidas, que abarca todos indicadores necessários, as quais foram estabelecidas a partir do plano de ação nas conferências da ONU (denominada Rio20). Por consequência, dentro da ONU, há

debates reafirmando e se comprometendo com os governos para atingir essas principais metas para o desenvolvimento sustentável, a saber:

- a) erradicação da pobreza em todas as formas;
- b) acabar com fome;
- c) promover o bem-estar e a saúde para todos;
- d) fornecer água e eletricidade para todos;
- e) reduzir a desigualdade social dentro dos países (ONU.AGENDA 2030).

3 O PAPEL DO BRICS NA GOVERNANÇA GLOBAL E O SEU PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO

Este capítulo abordará de uma forma geral o caminho percorrido pelo BRICS em busca de estruturar o mecanismo e as suas reivindicações no sistema de governança global, construindo uma agenda que englobe os principais desafios globais debatidos nos fóruns internacionais. Assim, enfatiza-se a evolução dessa cooperação internacional, que se tornou um mecanismo muito significativo no sistema internacional a partir da década de 2010, tendo em vista que sua atuação trata de uma série de questões estruturais nos principais fóruns internacionais.

Após a criação do BRICS, os atores tomaram a iniciativa de se reunir anualmente por meio de reuniões de cúpulas desde o início de 2009, mas não existiam tratados ou acordos vinculativos constitutivos que pudessem ser usados para formalizar o movimento do BRICS como uma instituição (Abdenur; Folly, 2015). Ao longo de sua atuação, contudo, o grupo tem evoluído e crescido bastante. Conseqüentemente, nas discussões os atores iniciaram o processo de institucionalização do grupo, ao firmarem os acordos para construção do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) e o tratado de Arranjos de Contingente de Reservas (ACR). Essas duas iniciativas excepcionais caracterizam os fundamentos que criam os laços vinculativos do grupo e contribuem para seu processo de institucionalização.

Após o processo de institucionalização, nesse capítulo o trabalho buscará analisar as principais decisões que incentivam o BRICS a trilhar e promover o caminho do desenvolvimento econômico por meio da cooperação internacional. Dessa forma, destacam-se os principais acordos do grupo relacionados ao comércio e investimento entre os seus integrantes. Esses acordos são primordiais para o fortalecimento e crescimento do comércio e investimento das nações intra-BRICS, e fundamentam as razões da evolução do grupo como principais países emergentes que têm uma participação muito ativa no comércio internacional e no investimento estrangeiro direto (BRICS, 2015). Na parte final do capítulo, procura-se analisar e entender o firme compromisso do grupo BRICS com o continente africano, anunciando o acordo de uma parceria especial em vistas de apoiar o processo de desenvolvimento da África por meio de um projeto denominado “Plano de integração e de industrialização da África”, que surgiu em 2013, no acordo firmado entre os líderes do BRICS e os líderes de certos países africanos, sendo também chamado de “Parceria para o desenvolvimento da África” (BRICS, 2013).

3.1 CONSOLIDAÇÕES DA AGENDA DO BRICS NA GOVERNANÇA GLOBAL

O BRICS, desde a sua formulação, tem sido uma iniciativa muito relevante e ousada dos países emergentes para uma cooperação econômica internacional mais vantajosa. A participação no BRICS é uma grande oportunidade para os países integrantes, assim, proporciona várias vantagens nessa cooperação internacional. A cooperação econômica tem sido o fator fundamental que caracteriza essa união. Dessa forma, a participação nos BRICS pode ser analisada a partir de dois ângulos: primeiro, revela-se que o agrupamento representa uma boa oportunidade para os países emergentes. Participar nesse grupo dinâmico pode permiti-los desempenhar um papel importante nos processos decisórios na governança global (Sardenberg,2013). Dessa maneira, acredita-se que a cooperação internacional é muito importante para a projeção do Estado nos organismos multilaterais. Além disso, em segundo lugar, possibilita uma cooperação econômica valiosa, facilitando o comércio internacional e o investimento direto estrangeiro entre os integrantes (BRICS, 2015). Porém, pode ser um desafio ao considerar as divergências políticas, históricas e culturais existentes entre os Estados, pois cada país dentro do bloco tem seus próprios interesses e objetivos no sistema internacional.

No BRICS, além dos debates mais acentuados nos temas econômicos, discutem-se também outros temas de atualidades e de interesses de cada participante, por isso há vários fóruns para discutir assuntos específicos nas cúpulas anuais. Observa-se que em 2011, os chefes dos Estados-membros reuniram-se na China, e acrescentaram três novos temas às pautas dos BRICS: saúde, ciência e tecnologia e inovação (CHINA, 2011). Dessa forma, altos funcionários de cada ministério específico passaram a poder participar nos debates e compartilhar o conhecimento a fim de desenvolver estratégias para solução mútua de desafios (Pimentel, 2013). Nas declarações das cúpulas iniciais, 2011 e 2013, o grupo começou com uma aproximação cautelosa, tentando definir a agenda para participação na governança global. Assim, os BRICS têm identificado outras áreas para cooperação, ampliando-se as possibilidades para atuação conjunta. Mesmo assim, o foco principal continua sendo as questões econômicas (Baumann, 2015).

Assim, o BRICS tem se construído como uma força alternativa de barganha no sistema da governança global dominado pelos países ocidentais. Nessa perspectiva, os membros do grupo têm buscado uma maior representatividade nas questões de distribuições de cotas no Fundo Monetário Internacional (FMI) (Campos, 2018). Além disso, o BRICS tem se posicionado de forma conjunta em diversos temas, como a defesa do multilateralismo,

enfazando a promoção do livre comércio, um equilíbrio na luta contra o protecionismo e a reforma das regras do comércio internacional. Essas posições têm sido apresentadas em fóruns internacionais, como as reuniões do G20 e das Nações Unidas, conferindo ao bloco uma maior visibilidade e influência nas discussões globais (Baumann, 2015).

Assim, o BRICS se torna um mecanismo para inserção internacional, ao defender a necessidade de uma participação mais ativa dos seus membros nos fóruns internacionais, bem como a importância de aprofundar as relações diplomáticas entre si. Nesse caso, o comprometimento dos atores enfatiza o processo de transformação da economia global. Por isso, percebe-se que os BRICS, com suas iniciativas, têm condições de ser atores-chave que possam vir a contribuir em uma mudança no processo de desenvolvimento econômico global (Visentini, 2013).

Além disso, os BRICS se manifestam para uma reforma no Conselho de Segurança da ONU. Portanto, de acordo com Pfeifer (2013), esses pleitos serviriam para legitimar as forças dos atores tradicionais que instituíram essa ordem mundial pós-guerra. O BRICS deveria buscar alternativas paralelas, visto que o seu surgimento poderia ser uma grande oportunidade de modelar o sistema da governança global. Esses tipos de reformas nessas instituições, como Organização Mundial do Comércio (OMC), Banco Mundial (BM) e Fundo Monetário Internacional (FMI), aparecem como medidas para cuidados imediatos, porém, no fundo não têm capacidade de tratar de forma mais profunda os problemas com intuito de trazer melhoria na composição dessa estrutura (Pfeifer, 2013).

Entretanto, a atuação dos BRICS no cenário político mundial tende a moldar uma transformação estrutural na governança global estabelecida pelos Estados desenvolvidos e apoiar os países em desenvolvimento na construção de um mundo mais justo, deixando de lado as divergências e tentando aportar seus apoios para os países em dificuldade. Por isso, entende-se que os organismos internacionais precisam de uma reforma estrutural para responder da melhor forma possível aos desafios globais. Portanto, do ponto de vista Pfeifer (2013), o BRICS, por ser um mecanismo novo, poderia se organizar paralelamente à estrutura das instituições existentes. Além das reformas como entidade agregadora nos fóruns internacionais para manter a estrutura desse sistema mundial, os BRICS poderiam constituir suas próprias alternativas (Pfeifer, 2013).

De fato, à medida que essas nações continuam a colaborar e capitalizar seus pontos fortes, espera-se que fortaleçam ainda mais suas posições no cenário econômico global (Silva, 2019). Um dos princípios-chave da iniciativa do BRICS é a busca do crescimento inclusivo e do desenvolvimento sustentável. Ao promover a cooperação entre os países membros, o

BRICS visa acelerar o crescimento econômico, aliviar a pobreza e melhorar o bem-estar geral de suas respectivas populações (Campos, 2018). A cooperação intra-BRICS assume várias formas, incluindo acordos comerciais, projetos de investimento conjunto, transferência de tecnologia e compartilhamento de conhecimento. Dessa maneira, alavancando seus respectivos pontos fortes e recursos, os países membros podem complementar as capacidades uns dos outros e criar resultados mutuamente benéficos (Aguiar, 2014). Por exemplo, a proeza de manufatura avançada da China pode ser combinada com a experiência em tecnologia da informação da Índia, enquanto a produtividade agrícola do Brasil pode apoiar as necessidades energéticas da Rússia. Além disso, os países do BRICS podem atuar como uma força de negociação coletiva, defendendo seus interesses compartilhados no cenário internacional (Campos, 2018).

Além disso, o tema de desenvolvimento sustentável revela-se imprescindível no âmbito do BRICS. Assim, destaca-se a importância da aplicação da Declaração do Rio, que trata a questão do desenvolvimento sustentável. Os países do BRICS reiteram seus comprometerimentos nessa questão, enfatizando-se esse tema como um vetor-chave que deve ser abordado como paradigma fundamental no avanço da busca pelo desenvolvimento econômico global (Visentini, 2013). Parece inegável o impacto do BRICS nessa questão, que adota medidas necessárias para desenvolver políticas adequadas em vistas de responder aos desafios ambientais, como aumento da poluição e degradação ambiental. Nesse sentido, essas economias emergentes, com os seus imensos potenciais e as suas posições geoestratégicas, detêm a chave para modelar a questão do desenvolvimento sustentável, abarcando, de uma forma geral, o desenvolvimento socioeconômico, contribuindo para a erradicação da fome e da pobreza. Por meio da cooperação sólida, as nações do BRICS podem desbloquear o verdadeiro grande potencial que possuem para realizar o crescimento inclusivo e promover o desenvolvimento. Nesse aspecto, o mundo poderia se beneficiar de uma frente unida e cooperativa dos BRICS, pressionando por maior equidade, justiça e prosperidade em escala global (Pereira; Milan; Haffner, 2015).

Ademais, a cooperação dentro do BRICS é capaz de aumentar a influência geopolítica. Já que, individualmente, esses países são considerados potências emergentes regionais, possuem considerável influência nas suas respectivas regiões. Ainda, o BRICS, sendo um grupo unido, pode exercer maior poder na escala global, fornecendo um ponto de vista alternativo ao domínio ocidental. Assim, as medidas de cooperação, como esforços diplomáticos conjuntos e posições unificadas em questões internacionais, permitem que os países do BRICS enfrentem efetivamente os desafios regionais e globais, garantindo um

cenário de governança global mais equilibrado (Campos, 2018). Assim, percebe-se que a cooperação entre esses países tem uma importância capital tanto para o crescimento individual quanto para o cenário econômico internacional.

Ademais, observa-se que a cooperação intra-BRICS também tem o potencial de remodelar o sistema financeiro internacional, ao estabelecer instituições financeiras internacionais alternativas, como o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) e o Arranjo Contingente de Reservas (ACR). A partir dessas iniciativas, pode-se perceber que essas nações trabalham para reduzir a dependência de maioria dos países das instituições financeiras internacionais dominadas pelo Ocidente, e promovem uma arquitetura financeira global mais equitativa e inclusiva (Pereira; Milan; Haffner, 2015).

Por conseguinte, essas medidas podem não apenas beneficiar os países do BRICS, mas também podem oferecer oportunidades para outras nações em desenvolvimento ou subdesenvolvidos por meio de maior acesso ao capital e estabilidade financeira. Em conclusão, a cooperação dentro do BRICS é de extrema importância para o crescimento individual e a força coletiva de seus países membros (Campos, 2018). Essa colaboração promove o crescimento econômico, aumenta a influência geopolítica, promove avanços tecnológicos e aborda desafios sociais e econômicos de forma compartilhada. Ao trabalharem juntos, os países do BRICS não apenas se beneficiam, mas também contribuem para uma economia global e um sistema de governança mais equilibrado (Baumann, 2015).

3.2 CRIAÇÃO E PAPEL DO NOVO BANCO DE DESENVOLVIMENTO (NBD)

Os bancos nacionais dos BRICS começaram inicialmente com iniciativa de adotar uma linha de crédito em moedas locais e cooperação interbancária. Isso foi uma decisão conjunta tomada pelos BRICS para o gerenciamento de crises de risco e desastres (Baumann, 2015). Por conseguinte, isso foi o início da concepção para institucionalização do NBD do BRICS. No intuito de ter mais autonomia no sistema internacional, o grupo visa redesenhar a arquitetura dos mecanismos financeiros internacionais. A ideia para a criação do Banco surgiu em uma reunião de cúpula em Nova Deli, fruto da percepção de que os bancos multilaterais e regionais existentes, tais como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, têm muitos requisitos em termos de condicionalidades impostas aos países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos para concedê-los o empréstimo para financiamento dos grandes projetos (Pimentel, 2013).

O NBD foi instituído no âmbito do BRICS, porém não é um banco exclusivamente para os integrantes do grupo. O banco visa também a financiar os projetos dos países do Sul global que poderiam precisar de financiamento para realização de projetos classificados como importantes no processo de desenvolvimento (Baumann, 2015). Inicialmente, definiu-se que os empréstimos e financiamentos se realizassem em dólar, porém a China podia usar sua moeda para o financiamento de seus projetos. Conseqüentemente, vários projetos foram financiados em todos os países membros. Assim, destaca-se que, até 2015, 78% dos projetos aprovados e financiados pelo banco foram da área de energia, e um total de 22% na área de transporte (Baumann, 2015).

Com essa iniciativa, ficou evidente a opção dos BRICS de se tornarem atores mais autônomos capazes de conduzir os seus projetos financiados por seus membros. Assim, revela-se que o NBD do BRICS objetiva a aprofundar as relações diplomáticas do agrupamento, e constitui-se em uma ferramenta legal, um ato constitutivo, visando a institucionalização do grupo de maneira a fortalecê-lo nas suas ações conjuntas, com intuito de executar os projetos de grande porte relacionados ao desenvolvimento sustentável. (Cozendey, 2015). Sendo assim, para atingir os objetivos definidos, determinou-se que o Banco pretende trabalhar com todos os países, fazendo parte das Nações Unidas (Carvalho *et al.*, 2015). Ao criar o banco, os atores têm examinado a viabilidade do projeto por meio das reuniões de seus ministros de finanças. Após várias negociações nas cúpulas anteriores, em Durban e em Nova Deli, na Cúpula de 2014, em Fortaleza, foi assinado o convênio constitutivo que criou o Novo Banco de Desenvolvimento do BRICS. Nesse processo constitutivo, os membros participaram com igualdade e sem influência política, e decidiram que a instituição não teria nenhum vínculo com a questão de politização dos países membros (Batista Júnior, 2016).

O NBD foi constituído apenas por países emergentes integrantes do BRICS, portanto é um banco de desenvolvimento com objetivo de obter um alcance global, participando nos empreendimentos de grande porte que tenham finalidades de desenvolvimento sustentável, auxiliando no processo de melhoria da situação social e econômica dos países. Tomar a iniciativa da criação do banco foi um grande desafio, sendo que é uma instituição que se baseia nos critérios técnicos para qualquer iniciativa de concessão de empréstimos, evitando a influência política ou ideológica que possam surgir ao longo dos caminhos (Cozendey, 2015).

Após a assinatura do seu tratado constitutivo, em 2014, o ato tem despertado o interesse de muitas pessoas e muitas entidades, como a comunidade acadêmica e os analistas da política internacional. Dessa forma, argumentou-se que o banco é o principal instrumento

que materializa essa unificação do BRICS como uma instituição, sendo capaz de aprofundar ainda mais as relações diplomáticas e econômicas entre os seus integrantes (Abdenur; Folly, 2015). No entanto, é importante salientar que NBD não pretende substituir as instituições financeiras multilaterais existentes. O seu papel seria uma complementaridade, ou uma alternativa para a questão de financiamento de projetos de infraestrutura ou desenvolvimento sustentável, sendo mais pragmática no tratamento de análises para aprovação e execução dos projetos (Abdenur; Folly, 2015).

Na concepção inicial do banco, entendem-se a importância e a fragilidade dos instrumentos financeiros monetários, bem como os riscos envolvidos. A crise econômica financeira de 2008 afetou muitos países, inclusive os países emergentes, deixando a economia mundial em situação vulnerável. Em consequência disso, nas discussões econômicas no âmbito do BRICS surgiu a ideia de empreender um mecanismo que pudesse minimizar os seus riscos com as crises financeiras mundiais. Ademais, os integrantes do BRICS estavam insatisfeitos com a condução da política econômica e distribuição de cotas nas instituições financeiras internacionais (Baumann, 2015). Por consequência, foi concebido o mecanismo do Banco, mobilizando os recursos existentes entre seus membros para viabilizar o processo de um banco multilateral sólido, com recursos de auxílio aos países emergentes em caso de crises internacionais (Cozendey, 2015).

Percebeu-se que o novo banco de desenvolvimento entrava em um ciclo muito restrito, ao tentar redesenhar a arquitetura financeira internacional, na busca de eliminar as barreiras praticadas pelas instituições provedoras em relação ao prazo de captação e aplicações de recursos financeiros. Após a crise na década de 2000, os principais bancos provedores de liquidez haviam diminuído significativamente as ações de financiamentos de projetos de infraestrutura. Isso foi um ponto de percepção dos BRICS que fez com que tomasse a iniciativa de ingressar no mercado financeiro global, em vistas de reduzir os desequilíbrios de acesso ao financiamento dos projetos de infraestrutura. A grande questão nesse quesito era a dificuldade de obter financiamentos para os projetos de longo prazo (Lima, 2015). Embora pudesse existir algum problema de ajustes na concepção e preparação dos projetos de certos países. Portanto, o endurecimento das novas condições regulatórias empreendidas como condicionalidades pelos organismos tradicionais seria o principal empecilho que dificultaria o acesso à concessão de financiamento internacional (Cozendey, 2015).

Destaca-se nos primeiros artigos no tratado constitutivo do Banco a visão de mobilização de recursos dos países membros dos BRICS. Considera-se o papel importante que desempenham essas economias emergentes na economia internacional, após a

institucionalização, o Novo Banco de Desenvolvimento se tornou um dos maiores bancos multilaterais do mundo (Cozendey, 2015). Nesse mesmo contexto do acordo constitutivo do Banco, foi assinado também um acordo de cofinanciamento para o desenvolvimento sustentável dos BRICS (Cozendey, 2015). Esse tipo de acordo intra-BRICS visa reforçar os laços do grupo, possibilitando atuar em conjunto em busca de soluções mútuas para benefícios de todos (Stuenkel, 2017).

Pode-se constatar que essa foi uma grande etapa que caracteriza o fundamento da institucionalização do BRICS, pois como é sabido, o mecanismo do BRICS não tem nenhum acordo constitutivo jurídico entre os seus membros. No entanto, o primeiro ato que materializa essa unificação entre as nações do BRICS é o Novo Banco de Desenvolvimento. Dessa forma, o BRICS mudou a sua característica institucional, ampliando-se a convergência nessa relação. Além disso, o banco é usado como principal elemento vinculativo do grupo, permitindo aos observadores e aos analistas enxergarem no mecanismo as características institucionalistas, com projetos muito ambiciosos para o avanço ao alcance dos seus objetivos (Abdenur; Folly, 2015). Os autores têm mencionado a enorme exigência e desafios que o Banco poderá enfrentar, sendo um banco multilateral de desenvolvimento atuando no mercado dos países com economias emergentes. As demandas são substanciais, considerando a necessidade dos projetos de infraestrutura e de desenvolvimento sustentável nos países em desenvolvimento e países subdesenvolvidos em vistas da redução da desigualdade socioeconômica (Stuenkel, 2017).

Nessa perspectiva institucionalista, percebe-se que o grupo construiu um espaço multilateral institucional com intuito de atuar na governança global com base nos critérios dos bancos de desenvolvimento de cada país membro. A construção do Banco do BRICS tem sido um processo de institucionalização complexo para o grupo, considerando a necessidade de estabelecimento de uma burocracia coerente para todos os países membros e também o critério para se adequar como instituição financeira internacional que adote uma visão mais ampla nas questões sociais e econômicas na cooperação internacional (Abdenur, Folly, 2015). Dessa forma, sua estrutura organizacional, sua forma de inserção no sistema financeiro internacional e a sua atuação no cenário global podem ser examinadas como ferramentas normativas que possa contribuir para a institucionalização do grupo. Assim, podem influir normas capazes de moldar o comportamento dos atores na questão de desenvolvimento e financiamento internacional (Abdenur; Folly, 2015).

No propósito do grupo do BRICS, na implementação do Banco, enfatiza-se a ideia de promover o crescimento e o desenvolvimento global, ao trabalhar em conjunto com outras

instituições internacionais, a saber: as Organizações Internacionais e os Bancos Multilaterais e Regionais. Embora seja um mecanismo novo no cenário internacional, que surgiu a partir das reivindicações e insatisfação de um grupo de cinco países, o NBD se propõe a trabalhar e cooperar com essas instituições citadas anteriormente, e além de fornecer empréstimos, também pode prestar assistências técnicas na implementação de projetos importantes (Abdenur; Folly, 2015).

Um Arranjo de Contingente de Reservas (ACR), por sua vez, foi instituído no âmbito dos BRICS com principal objetivo de criar um mecanismo de reservas para os países membros do grupo. Embora os debates fossem dominados pela criação do NBD, o tratado que criou o ACR também, foi de extrema importância no processo de fortalecimento do grupo como instituição (Carvalho *et al.*, 2015). O Acordo constituiu-se em um Fundo de Reservas exclusivamente para os integrantes do BRICS. No seu ato constitutivo, determina-se que cada país membro tem de aportar um valor conforme a sua dimensão econômica. Inicialmente, os BRICS se comprometeram a contribuir com seus recursos disponíveis para constituir um valor total de US\$100 bilhões, que seria disponível para os bancos centrais dos BRICS (BRICS, 2014).

Dessa forma, a repartição para contribuição para Arranjos de reservas foi determinada dessa maneira: a China, sendo a maior economia do BRICS, fez um aporte maior no valor de US\$41 bilhões; a Rússia, a Índia e o Brasil aportaram um valor de US\$18 bilhões cada; e, por fim, a África do Sul, como menor economia do bloco aportou um valor menor, de US\$5 bilhões. Assim, esse valor de ACR constituiu-se em um recurso disponível exclusivamente para os países integrantes. Os países do BRICS, em caso de necessidade, podem solicitar uma demanda no valor de US\$100 milhões, caso a economia de um desses países entre em colapso ou crises econômicas (BRICS, 2014). Essa reserva será um amortecedor para diminuir os riscos de uma eventual catástrofe econômica.

O ACR suscitou muita curiosidade a respeito de sua aplicabilidade na prática. Portanto, de acordo com Stuenkel (2017), esse tipo de arranjos de fundo de reservas financeiras desse modelo já existia com os países asiáticos com a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN). O ACR dos BRICS seria uma replica da iniciativa de *Chain Mai* da ASEAN e, em nenhum caso, o ACR representaria um perigo para o funcionamento do FMI (Stuenkel, 2017) Portanto, entende-se que o Arranjo de Contingente de Reservas complementa o papel dos bancos do sistema financeiro internacional. Ademais, tem acordos vinculativos com o FMI a respeito desse fundo (Stuenkel, 2017).

3.3 ACORDOS COMERCIAIS E DE INVESTIMENTO INTRA-BRICS

Nas relações desenvolvidas entre os integrantes do BRICS, observa-se um grau de crescimento ao nível do comércio. A China se destaca como maior parceiro comercial de todos os integrantes. Desde o início das cúpulas do grupo, argumentava-se sobre o crescimento da China na economia mundial, que se tornou um dos países mais importantes no comércio internacional, inclusive dentro do grupo BRICS (BRICS, 2013). No documento da 6ª cúpula, realizada em Fortaleza, no Brasil, o BRICS se comprometeu, por meio de acordos comerciais, em reforçar as relações comerciais entre seus membros (BRICS, 2015). É importante ressaltar que bem antes da formação do agrupamento já existiam boas relações comerciais bilaterais entre os países do BRICS. Com o crescimento da China no comércio internacional, isso fez com que desenvolvesse boa parceria comercial com vários países do mundo, sobretudo os países com economias emergentes, como os integrantes do BRICS (BRICS, 2014).

Os acordos no plano de ação do BRICS tendem a facilitar as trocas comerciais, permitindo aos países do grupo usufruírem as condições especiais no comércio internacional. Ao mesmo tempo, os governos dos BRICS procuram diversificar seus empreendimentos comerciais no mercado internacional. Nessa perspectiva, criou-se, desde 2011, um grupo econômico chamado Grupo de Contato para Questões Econômicas e Comerciais (GECTEC). Esse grupo é formado pelos seus respectivos Ministros de Comércio, refletindo sobre o desenvolvimento do comércio mundial, trabalhando em parceria com a OMC, e também sobre as questões de investimento mútuo entre os empresariados parceiros do BRICS (Lima, 2015). Com objetivo de intensificar o comércio intra-BRICS, o GECTEC tomou medidas muito relevantes ao adotar o Plano de Ação de 2014, que é o Plano de Facilitação de Comércio e Investimento (Lima, 2015). Isso tem sido um ponto-chave, impulsionando ainda mais o comércio intra-BRICS. De fato, percebe-se que esses tipos de ações conjuntas aumentam a confiabilidade e os pontos de convergências no BRICS para trabalharem em conjunto, visando o interesse comum (Lima, 2015).

Nessa perspectiva, observa-se que os ministros de comércio dos BRICS elaboraram um documento oficial sobre temas específicos de comércio internacional. Introduziram-se, também, temas como inovação, direitos de propriedades e cooperação entre pequenas empresas (Brasil, 2014). Salientam-se oportunidades de acesso ao mercado internacional e reforçaram-se os laços de contatos, ao auxiliarem na promoção de comércio e investimentos entre as empresas. Apresentaram-se as ideias explícitas relativas aos pontos fortes dessa

cooperação e as possibilidades de ganhos mútuos das empresas participantes no comércio internacional (Lima, 2015). Além disso, no Fórum de diálogo entre os ministros de comércio dos BRICS, discute-se sobre os temas de documentação e burocracia e enfatiza-se a necessidade de simplificar os procedimentos para uma melhor coordenação e comunicação entre os agentes em vistas da harmonizar os padrões técnicos para atuação no mercado. (Lima, 2015)

Mesmo havendo críticas sobre a incompatibilidade de suas economias, o grupo se mostra aberto ao diálogo, que pode facilitar interação e permitir debater sobre a promoção da cooperação econômica, comercial e de investimentos entre os seus membros com objetivo de encontrar a complementaridade (BRICS, 2015). De fato, com essas iniciativas de promover o comércio e o investimento no âmbito dos BRICS, incentiva estreitar os laços da parceria entre as empresas por meio de diálogo nos fóruns das empresas. Nesse mesmo contexto, criou-se o Fórum Empresarial, na mesma linha das reuniões de cúpulas anuais dos BRICS. Por conseguinte, organizam-se encontros por meio do Fórum em 2014 no Brasil e assim, delegaram-se vários representantes das empresas dos cinco países a participarem no diálogo sobre a facilitação e identificação de novas oportunidades de negócios (Lima, 2015). Estimou-se que 312 empresas participaram naquele evento e, muitos contatos foram realizados entre essas empresas, o que resultou posteriormente aos investimentos estimados ao total de US\$100,5 milhões (Lima, 2015).

Assim, descobrindo o potencial da cooperação comercial e empresarial, por meio do Fórum Conselho Empresarial, os BRICS decidiram continuar promovendo o diálogo entre seus membros. Destacaram-se a necessidade de trabalhar em conjunto, ampliando-se a parceria, ao assinar os acordos sobre investimentos para que as empresas possam identificar a melhor forma de atuar em conjunto no mercado internacional, promovendo boas relações comerciais e investimento direto estrangeiro entre os países membros (BRICS, 2013). Dessa maneira, em 2013, foi criado o Conselho Empresarial dos BRICS, composto por cinco representantes de grandes empresas de cada país membro, em vistas de fortalecer essa parceria, sendo o canal de diálogo entre as empresas dos membros do grupo. O Conselho Empresarial tem por missão trabalhar nas questões técnicas relacionadas ao investimento e ao comércio, produzindo documentos de relatórios e elaborando recomendações sobre procedimentos para a melhoria do ambiente de negócios (Lima, 2015). Por fim, apresentaram-se o primeiro relatório de recomendações do conselho na cúpula de 2014 em Fortaleza (Lima, 2015).

A iniciativa do plano de investimento começou entre 2011 e 2013, quando os atores elaboraram um Plano de Facilitação de Investimento e de Comércio intra-BRICS. Esse mecanismo foi estruturado e, posteriormente, resultou em uma parceria entre grandes empresas público-privadas dos cinco membros do BRICS (BRICS, 2014). Por meio deste mecanismo, o BRICS consegue obter uma base legal e fundamentada para cooperação das empresas, apoiando o crescimento econômico de uma forma integrada. Com aplicação deste protocolo, o BRICS visava reforçar o acesso ao mercado para as empresas, possibilitando o crescimento e progresso em ambientes de negócios mais cooperativos e propícios para todas as empresas (BRICS, 2013).

Nos temas de acordos sobre investimento entre os países do BRICS, destacam-se algumas áreas muito específicas, tais como tecnologia e manufatura, e encorajam-se os países do grupo a desenvolverem a capacidade de investimentos mútuos nessas áreas para ter acesso ao mercado global como atores importantes. Dessa forma, enfatiza-se a importância de investir no setor industrial e do tecnológico, que são áreas-chaves para qualquer economia em qualquer país. No BRICS, consideram-se os setores de produção manufatureira e de tecnologia como principais fontes de crescimento, pois são setores bem estruturados e têm potencial de transformar a estrutura econômica de um país, ao criar novos empregos para população. Isto é fundamental para o crescimento econômico de qualquer país, visto que esses tipos de empregos podem contribuir enormemente para aprimorar o padrão de vida da população (BRICS, 2013).

Em termos de crescimento de investimento realizado entre os países do BRICS, estima-se que o estoque total de Investimento Direto Estrangeiro realizado intra-BRICS teve aumento de US\$ 27 bilhões, em 2010, para US\$167 bilhões, em 2020. Esse crescimento representa entre 1,3% de investimento de (IDE) mundial e foi em grande parte levado pelo crescimento da China. Seguem os dados na tabela 1.

Tabela 1 - Volume de IDE intra-BRICS (em US\$ milhões)

Países	2010	2015	2020
Brasil	791	2.299	1.935
China	14.512	64.430	151.439
Rússia	4.187	3.440	4.819
Índia	622	1.218	1.795
África do Sul	7.281	3.978	6.999

Fonte: Unctad (2023)

Nessa tabela, enfatizam-se os fluxos de IDE realizados entre os países do BRICS, os valores são bem significativos, isso mostra que certos atores do BRICS são importantes parceiros em termos de realização de investimento estrangeiro. Assim, os seus esforços de investimentos contribuem significativamente no avanço da economia global.

3.4 BRICS E ÁFRICA, PARCERIA PARA O DESENVOLVIMENTO

Na Reunião de Cúpula, em 2013, observa-se que o BRICS salientou a necessidade de enfatizar a cooperação com o continente africano. Reforça-se a parceria com África destacando-se a questão do desenvolvimento da África. O BRICS dá seu apoio nesse sentido à Nova Parceria Para o Desenvolvimento da África (NEPAD), um organismo regional africano (BRICS, 2013). Os integrantes do BRICS reforçaram a ideia de apoiar o processo de industrialização da África, trabalhando em comum acordo com a NEPAD. Dessa forma, vai estimulando o investimento estrangeiro dos países membros no continente africano, o intercâmbio de conhecimento, a capacitação e a diversificação das importações provenientes da África (Índia, 2013). Assim, foi destacada a importância de desenvolvimento de infraestrutura no âmbito do BRICS, junto com os órgãos regionais africanos, como o Programa para o Desenvolvimento de Infraestrutura (PIDA) e plano de ação da União Africana (BRICS, 2013). Nesse contexto, foram identificados os esforços nos quais o BRICS se dá por missão de apoiar positivamente à África.

Com o aumento significativo da presença dos países membros no continente, o grupo tem considerado a África como um continente em plena ascensão, que precisa de auxílio econômico, financeiro e técnico considerável, com destaque para a realização de projetos de infraestrutura baseando-se no plano de desenvolvimento de industrialização do continente (BRICS, 2013). Assim, destacou-se que o dinamismo dessa cooperação dos BRICS com a África se fortaleceu, dado que os países como China, Brasil, Índia e Rússia têm reforçado cada vez mais as relações bilaterais e multilaterais, visando uma cooperação benéfica de interesses mútuos para as partes envolvidas (Stuenkel, 2017). Nesse contexto, fica evidente o comprometimento do BRICS ao tomar a decisão de debater e elaborar um plano de industrialização para o continente africano com vistas a sustentar o seu processo de desenvolvimento (BRICS, 2013).

Ademais, a cooperação do BRICS com a África é um mecanismo ambicioso, trabalhando em várias áreas relacionadas aos desafios globais para encontrar as soluções mútuas. No BRICS, reconhece-se a importância da integração regional para a África e o papel

que possa desempenhar em um processo de desenvolvimento (BRICS, 2013). Nessa cooperação entre o BRICS e a África, destacam-se as principais áreas de atuação do grupo, a saber: cooperação econômica e financeira, desenvolvimento sustentável e realização de projetos de infraestrutura. Nessa perspectiva, o BRICS deseja cooperar com a África com o objetivo de contribuir para o crescimento econômico do continente, apoiando o processo de desenvolvimento sustentável e a erradicação de pobreza (Stuenkel, 2017). Nessa perspectiva, o BRICS pretende trabalhar com os principais líderes dos governos e das organizações regionais africanas. Para isso, um plano estratégico de integração e de industrialização foi elaborado e apresentado. Assim, reforça-se ainda mais a parceria entre o BRICS e o continente africano, traçando caminho para a execução do projeto do plano de integração e de industrialização (BRICS, 2013).

Nesses processos de transformar e redesenhar a arquitetura da economia mundial, os BRICS dedicaram-se a reforçar a parceria com os países africanos no quadro de uma cooperação política e econômica de interesses mútuos, visando o desenvolvimento da região. (BRICS, 2013). Assim, nas principais declarações dos líderes, os BRICS reforçaram seus compromissos com a África, acreditando-se no potencial de crescimento da economia das nações africanas. De uma visão geral, os países emergentes do BRICS e os países com economia emergente na África tiveram um importante crescimento na década de 2000. Ademais, em termos de investimentos estrangeiros, as grandes empresas multinacionais dos BRICS enxergam na África uma grande oportunidade para o desenvolvimento de negócio no mercado internacional, e a África pode se beneficiar dessa parceria das empresas publico-privadas dos BRICS, pois isso pode resultar a geração de emprego, e aumento de renda, a construção de infraestrutura e compartilhamento de experiência e conhecimento (Deych, 2018).

Assim, essas iniciativas das nações do BRICS têm sido uma grande oportunidade para a região, pois o BRICS trouxe à África o conceito de cooperação com outras perspectivas, baseando-se no respeito e ganho mútuo entre as partes envolvidas, sem se intrometer nas questões de política interna das nações africanas. Assim, o conceito de cooperação Sul-Sul foi destacado na atuação dos BRICS na África. Nessa parceria, além de cooperação econômica e do investimento direto estrangeiro das empresas do BRICS no continente, abordam-se também a necessidade de compartilhamento de conhecimento e de tecnologia para contribuir com o desenvolvimento institucional e a inovação científica, em vistas de melhorar a capacitação humana com bons projetos duradouros dentro de uma parceria publico-privado entre os BRICS (Besharati; Esteves, 2015).

Nessa iniciativa de cooperar no processo de desenvolvimento da África, o foco principal concentra-se nas questões de melhoria de infraestrutura, visto que a infraestrutura é um ponto fraco do continente (Assis, 2022). Considera-se que a escassez de infraestrutura dificulta o desenvolvimento, a integração regional e o estabelecimento de negócios de empresas multinacionais (Deych 2018). Nesse contexto, o BRICS se compromete a apoiar e encorajar os líderes africanos por meio de NEPAD a executar o plano de integração e de industrialização. Os atores veem no plano um instrumento importante, que projete as construções de infraestrutura sustentável no continente africano (BRICS, 2013). Vale salientar que a partir de acordos firmados entre os BRICS e os líderes africanos, a melhoria de infraestrutura se tornou uma das prioridades na política dos BRICS para a região, em vistas de fortalecer a cooperação, sustentando a construção de grandes projetos de investimento (BRICS, 2013).

Em termos de realizações, percebe-se que muitos investimentos em infraestrutura foram realizados da parte dos países dos BRICS de forma bilateral (Lechyni, 2012). Da mesma forma, a Lechyni (2012) apontou, contudo, falta coordenação na atuação dos BRICS na África como grupo multilateral, já que os avanços dos investimentos dos países do grupo foram feitos individualmente. A China, sendo o maior investidor no continente em infraestrutura, em 2012 realizou importantes investimentos em projetos de infraestrutura no valor US\$13 bilhões (Deych, 2018). Estima-se que a China participou na construção de mais de 500 projetos de infraestruturas na África. Esses investimentos foram feitos com sua própria estratégia de parceria com os países africanos de forma bilateral, seguindo os princípios de trocas de investimento por recursos materiais (Deych, 2018).

No entanto, é importante enfatizar que a China também tem se envolvido em grandes projetos de infraestrutura, como construção de rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, hospitais, escolas e centrais hidroelétricas, sem esquecer um forte investimento na construção de indústria extrativa de matérias primas (Deych, 2018). Além disso, a China tem oferecido assistência técnica e créditos concessionais aos países parceiros na África. A China cria seus próprios mecanismos de cooperação na África com o CDB Banco de Desenvolvimento Chinês que tem a missão de gerenciar o Fundo de Desenvolvimento(China-Africa Fund). Assim, estimaram-se que em 2019 esse fundo tem realizado um investimento de US\$ 5.4 bilhões de dólares em 37 países na Áfricanas áreas como: agricultura, moradia, indústria, energia e mineração (Assis, 2022).

A Índia por sua vez, teve o seu investimento avaliado em US\$ 2,6 bilhões, entre 2005 a 2007 e, participou em mais de 20 projetos de infraestrutura na África (Deych, 2018). Esses

projetos foram realizados em diferentes países, nos quais se destacaram o financiamento de US\$ 263 milhões para construção de uma central hidrelétrica e uma rodovia urbana, além da participação em projetos de estabelecimento de eletricidade na Costa do Marfim (Deych, 2018). Ademais, assinalou-se que entre 2015 a 2020 a Índia tem investido em 42 países no continente africano com 180 diferentes projetos (Assis, 2022).

A Rússia por sua vez tem se aproximando cada vez mais nas suas relações com os países do continente africano, além do aumento do comércio, destacaram-se também um aumento considerável dos investimentos diretos russos na região. Estimaram-se que entre 2003 a 2015 todo investimento realizado pela Rússia, 1,5% desses investimentos avaliado a um valor de US\$ 15 bilhões de dólares foi destinado para os países da África Austral. Segundo as estimativas, cerca de 60% a 70% desse montante foram investidos nesses setores: exploração e produção de petróleo, urânio, bauxita e ferro. Assim, assinalaram-se que cerca de 60 empresas russas têm canalizado os seus investimentos nesses recursos minerais como investimentos estratégicos na África (Assis, 2022).

O Brasil também é um dos países que tem aumentado cada vez mais os seus investimentos na África, especialmente a partir da década de 2000. Porém, vale mencionar que antes disso já existiam importantes investimentos brasileiros com empresas como Odebrecht e Petrobras, entre outras (Visentini, 2013b). Salienta-se que o Brasil havia participado na construção em mais de 38 projetos de infraestrutura no continente africano, entre os quais se destacaram a construção de um porto e um aeroporto internacional em Moçambique e uma grande rodovia que conecta Moçambique com a África do Sul (Deych, 2018).

A África do Sul, o representante do continente no grupo BRICS, tem sido um grande ator, e participou em construção de nove grandes projetos de infraestrutura, sendo membro de NEPAD e participando nos investimentos relacionados à integração regional no âmbito da parceria (Deych, 2018). O grupo *Transnet*, da África do Sul, tem investido desde 2015 US\$39,1 bilhões sobre um período de sete anos para desenvolver e aprimorar a infraestrutura de portos e rodovias na África (NEPAD, 2015; Deych, 2018). Além disso, o governo sul-africano tem alocado em dezembro de 2014 um valor de US\$1,5 bilhões para construção de ferrovias, portos, para fazer interconexão com Zimbábue e outros países vizinhos (NEPAD, 2015). Com todas essas iniciativas, a África do Sul é um dos grandes investidores na estrutura econômica do continente africano (Deych, 2018).

Finalmente, observou-se que o BRICS, em suas agendas na governança global, tem defendido sua posição, e se tornou uma voz coletiva que possa ser uma alternativa de poder

no sistema mundial. As instituições criadas foram fundamentais para a consolidação do grupo, uma vez que, de fato, esses laços vinculativos são necessários para traçar planos e estabelecer metas, sabendo os engajamentos dos parceiros. Também os acordos sobre comércio e investimentos têm sido importantes para que as empresas dos BRICS possam trabalhar em conjunto, identificando as oportunidades de negócios e geração de empregos, ao mesmo tempo permite que as empresas compartilhem experiência e conhecimento para aprimorar seus negócios no mercado global.

Ao final, é necessário destacar o firme comprometimento do BRICS e sua dedicação para trabalhar com países africanos. Tendo em vista que a África do Sul é um dos integrantes, isso facilitaria a abordagem na implementação do plano de desenvolvimento. O BRICS principalmente a China tem um papel muito ativo nesse processo de construir infraestrutura sólida para integração regional, consequentemente estimula o crescimento econômico para alcançar o desenvolvimento sustentável. Apoia-se firmemente o processo de industrialização do continente ao estimular o investimento direto estrangeiro, a troca de conhecimento, experiências e a capacitação das pessoas, entre outros (BRICS, 2013).

4 DESENVOLVIMENTO E PERFIL ECONÔMICO DA ÁFRICA DO SUL

Nesse capítulo será apresentado o perfil econômico da África do Sul, destacando-se os principais setores da economia, como ela se organiza de uma forma geral. Nessa seção, analisa-se a importância da participação e inclusão da África do Sul no agrupamento BRICS, as principais vantagens que o país poderia auferir sendo membro do grupo. Examina-se como a cooperação econômica, comercial do BRICS pode materializar-se na vida real da sociedade sul-africana. Assim, procura-se entender o mecanismo BRICS e sua atuação na África do Sul sendo um importante catalisador capaz de gerar o desenvolvimento. Por fim, analisam-se os principais indicadores socioeconômicos para ver se realmente a iniciativa do grupo tem efeitos na sociedade sul-africana em termos de melhoria de infraestrutura para o desenvolvimento econômico e as condições socioeconômicas da população.

A África do Sul é um país emergente do continente africano, possui uma economia diferente dos demais países na região, pois a sua economia é diversificada. No entanto, salienta-se que sua base econômica encontra-se na mineração de ouro, diamante e platina. Além disso, a industrialização da África do Sul veio se consolidando, sendo considerada o país mais desenvolvido em termos de industrialização na região. Portanto, é importante notar que sua base industrial tem origem desde no período de colonização britânica, e que a África do Sul busca desenvolver cada vez mais sua capacidade industrial. Assim, destacam-se alguns principais produtos industriais como: aço, máquinas, equipamentos e produtos químicos (Ribeiro; Tiburcio, 2010).

O país possui uma grande importância para a Comunidade do Desenvolvimento para a África Austral (SADC), sendo a economia mais avançada do bloco. O seu setor industrial é um destaque, pois constitui um motor impulsionador que fabrica produtos para o comércio nacional e internacional. Em termos de desenvolvimento, o Estado sul-africano possui uma rede de infraestrutura razoavelmente considerável e tem colaborado com os países da região por meio da Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD) para tratar os temas de desenvolvimentos de infraestruturas capazes de contribuir para a integração dos países da África subsaariana (Ribeiro; Tiburcio, 2010).

4.1 A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO E DA INCLUSÃO DA ÁFRICA SULNO BRICS

A África é um continente em ascensão, repleto de ricas diversidades culturais, recursos naturais abundantes e um potencial econômico e comercial significativo. Embora o continente possua uma população expressiva e seja responsável por uma parcela considerável da produção mundial de recursos naturais, ele ainda está sub-representado nas discussões e tomadas de decisão globais (Campos, 2018). Nesse sentido, a inclusão de um representante africano no grupo BRIC apresentou-se como uma oportunidade de proporcionar uma voz mais ampla e legítima, representando interesses regionais e promovendo uma cooperação mais equilibrada (Ribeiro; Moraes, 2015).

A inclusão da África do Sul no grupo BRICS em 2011 marcou um ponto de virada significativo para o posicionamento econômico global do país. Como a primeira nação africana a aderir a esta influente aliança, a África do Sul pretendia alavancar sua economia nesta parceria para melhorar o seu crescimento econômico e incrementar relações comerciais (Aguiar, 2014). Ademais, deve-se reconhecer o potencial de sinergia e complementaridade entre os países africanos e os membros do BRICS. A África possui vastos recursos naturais, enquanto o BRICS, por sua vez, tem experiência e capacidade de investimento (Silva, 2019). Essa combinação poderia impulsionar o desenvolvimento econômico e a infraestrutura na África, possibilitando um crescimento mais sustentável e inclusivo para a região. Além disso, a inclusão de um representante africano no BRIC poderia facilitar a criação de parcerias comerciais mais sólidas e a troca de conhecimentos e tecnologias entre os membros (Ribeiro; Moraes, 2015).

A associação BRICS também permitiu que a África do Sul participasse nos processos coletivos de tomada de decisão sobre as questões globais. Por meio de consultas e coordenação com outros países membros, a África do Sul pode defender seus interesses e contribuir para moldar as discussões econômicas e geopolíticas globais. Esse papel elevado no cenário internacional tende a ajudar a África do Sul a melhorar a sua reputação e a sua influência na África Austral, posicionando-a como um ator-chave na sua região e no continente africano como um todo (Ribeiro, Moraes, 2015). Apesar das inúmeras vantagens, a entrada da África do Sul nos BRICS não foi isenta de desafios e críticas. Assim, argumentou-se que sua economia seria relativamente pequena e limitada em comparação com os outros membros do BRICS e que o país teria dificuldade de defender sua capacidade para alavancar totalmente os benefícios dessa associação (Baumann, 2015).

Nesse contexto, alguns indicadores podem ajudar a avaliar a dimensão da África do Sul frente aos BRICS e a outros países emergentes. A primeira observação é de que em nenhum parâmetro relevante a economia sul-africana se apresentou como totalmente inferior de um BRIC. Seu Produto Interno Bruto (PIB), de US\$ 364 bilhões, foi inferior ao dos BRIC e de quase todos os outros possíveis candidatos ao ingresso no grupo, à exceção da Nigéria (Ribeiro, Moraes, 2015). Embora tenha um PIB inferior, a África do Sul apresentou taxas positivas de crescimento no período entre 2001 e 2010, é um país que goza influência regional na África Austral. Sendo assim, poderia ser elemento-chave como porta de entrada para canalizar a implementação dos projetos dos BRICS na região; sobretudo por ser um país com economia emergente e possui infraestrutura razoavelmente moderna e adequada (Ribeiro, Moraes, 2015).

Em termos econômicos, percebeu-se que a inclusão da África do Sul no BRICS ajudou a diversificar suas relações comerciais. Antes da adesão ao grupo, a África do Sul era fortemente dependente das economias ocidentais para suas exportações. Com a entrada no BRICS, o país obteve acesso a novos mercados e as oportunidades de diversificar sua base exportadora (Silva, 2019). Assim, Baumann (2015) elenca que um dos principais benefícios da entrada da África do Sul no BRICS foi a oportunidade de explorar novos mercados e diversificar seus parceiros comerciais. Fazer parte do bloco BRICS proporcionou à África do Sul maior acesso às economias de rápido crescimento como: Brasil, Rússia, Índia e China. Isso abriu caminhos para o aumento do investimento no país e a possibilidade de reforçar suas relações bilaterais com os países membros (Baumann, 2015).

A inclusão da África do Sul, sendo um representante africano no BRICS, se mostrou fundamental para promover uma maior representatividade. Como é sabido, o continente africano possui imenso potencial e pode desempenhar um papel crucial no cenário internacional. Nessa perspectiva, é imperativo que a voz africana seja ouvida e considerada nas discussões e decisões globais, sobretudo tratando-se de desenvolvimento econômico sustentável e mudanças climáticas. A inclusão de um representante africano no BRICS só fortalece a cooperação e, o benefício mútuo entre os membros, impulsionando o crescimento ao melhorar as condições de vida e ajudar a combater a desigualdade e o subdesenvolvimento na África do Sul, e em todo o continente de uma forma geral (Campos, 2018).

4.2 OS PRINCIPAIS SETORES DA ECONOMIA SUL AFRICANA

A economia da África do Sul é conhecida como uma economia diversificada que reúne diversos setores. Assim, destaca-se o setor agrícola no país que é um setor fundamental e tem uma participação direta e ativa no PIB do país. No entanto, existem empecilhos que dificultam a prática da produção agrícola sul-africana, pois somente 13% das terras são cultiváveis. Estima-se que a agricultura tem uma participação inferior de 3% no PIB, mas gera em torno de 10% de empregos formais no país e contribuindo com 8% com total das exportações (Republic of South Africa: DIC, 2019). Assim, destacam-se os principais produtos agrícolas da África do Sul: milho, girassol, soja, frutas temperadas e tropicais, e vinhos.

No setor da agricultura constituíram-se um subsetor denominado *Agro-processing* que é processamento dos produtos agrícolas, sendo um subsetor de manufatura das matérias primas e secundárias de bens de agricultura, de agropecuária. Assim, identifica-se esse subsetor da agricultura como um dos setores cruciais da economia, sendo capaz de ter uma participação ativa e considerável na economia por meio de criação de empregos sustentáveis, servindo-se como oportunidade de negócios e atração para o investimento. Por consequência, esse subsetor tem uma forte conexão com setores secundário e terciário da economia, caracterizando-se assim, por fases como: pé-viabilidade, viabilidade, planejamento de negócios e ademais os processos produtivos, os quais consistem em triagem, embalagem, processamento, varejistas, restaurantes entre outros (Republic of South Africa; DIC, 2019).

Ademais, destaca-se a indústria química que tem uma importância fundamental no setor manufatureiro da África do Sul. Embora seja um setor industrial complexo, tem contribuído significativamente na produção manufatureira do país. De acordo com os dados do Departamento da Indústria da África do Sul, esse setor tem crescido significativamente nos últimos anos, principalmente entre 2006 a 2016. Portanto, a produção ficou com 3,6% não sendo o setor capaz de suprir o mercado interno. Assim, estima-se que em 2017 o setor industrial químico contribuiu com 2,92% do PIB nacional e 21,4% no PIB do setor manufatureiro, e por consequência, gera em torno de 105.690 empregos para os trabalhadores. Na indústria química, os principais setores em destaques no crescimento são: petroquímica, química básica incluindo os produtos farmacêuticos e cosméticos da indústria (Republic of South Africa; DIC, 2017).

Historicamente a mineração é um setor-chave da economia sul-africana e ganhou destaque como uma das principais atividades econômicas do país que representa uma força

impulsionadora de desenvolvimento. Nesse sentido, é importante sublinhar que a África do Sul é o maior produtor mundial de produtos minerais como: diamantes, cromo, manganês, platina, vanádio e o segundo maior produtor de ouro e carvão mineral. A Indústria extrativa de mineração usa essas matérias primas como insumo para fabricação de produção industrial, assim destaca-se que esses produtos minerais desempenham um papel fundamental na composição da estrutura industrial na economia sul-africana (Republic of South Africa; DIRCO, 2014).

Outros setores importantes e fortes na economia é o de serviços que tem uma base industrial sólida e bem diversificada, fornecendo vários produtos para outros setores. Esse setor tem uma grande importância na economia, gerando uma grande parcela dos empregos no país. Nesse setor de serviços, salienta-se a indústria de embalagem e indústria automotiva de marcas como: BMW, Volkswagen, General Motors e Toyota. Todas essas prestigiosas marcas possuem fábricas na África do Sul (Republic of South Africa; DIC, 2017). Da mesma forma, no setor de serviços se destacam os setores das telecomunicações e do turismo, percebe-se que o setor de telecomunicações na África do Sul possui uma boa estrutura e está presente em todo o país, além disso, algumas companhias de telecomunicações sul-africanas investem nos países vizinhos (Republic of South Africa; DIC, 2017). O turismo por sua vez é muito forte, os governos tendem a trabalhar para desenvolver o setor, incentivando a construção de boas infraestruturas e fortalecendo a capacidade cultural do país para obter a melhor visibilidade. Dessa forma, estima-se que as receitas geradas pelo setor de turismo ficam entre 1 % a 3 % do PIB (Republic of South Africa; DIRCO, 2014).

Por fim, destaca-se o setor financeiro, os serviços financeiros têm uma importância capital para a economia sul-africana, argumenta-se que as Bolsas de Valores de Johannesburgo é décima oitava no mundo em termos de capitalização de mercado, sendo este um setor que gera muita renda para as empresas em termos de captação de recursos. Ademais é regulamentado e, dominado por quatro grupos financeiros que são os seguintes bancos: NEDBANK, ABDSA, *StandardBank*, *Firststrand Group* (Republic of South Africa; DIC, 2019).

4.3 COOPERAÇÃO ECONÔMICA E COMERCIAL DOS BRICS COM ÁFRICA DO SUL

A África do Sul iniciou uma nova era da sua política externa com a cooperação com outras nações do BRICS. Essa parceria tem sido muito relevante no seu plano de desenvolvimento de uma cooperação econômica e financeira que poderia ser benéfica para seu objetivo como líder regional. Assim, a África do Sul se beneficiou desse novo mecanismo

do BRICS, sendo uma oportunidade para expansão do seu mercado. Essa diversificação de parceiros no mercado internacional possibilitou ao país de se tornar um ator importante nessa transformação da estrutura do sistema internacional. Pode-se perceber que essa parceria intra-BRICS tem sido fundamental na criação de uma rede de investimento e de comércio dos países do grupo. Dessa forma, essa cooperação econômica para África do Sul corresponde à visão econômica sul-africana (Castro, 2013).

Os BRICS na economia global tiveram um crescimento notável, acima das expectativas previstas pelos analistas, isso fez com que se tornassem uma força coletiva econômica na economia global. Argumentou-se que esses cinco países participam no mercado internacional de uma maneira diferente (Baumann, 2015).

Assim, uma análise recente sobre a evolução e o impacto do comércio do BRICS com África mostrou como a cooperação econômica e financeira dos BRICS com a África do Sul impactou positivamente o processo do desenvolvimento do país, considerando que os projetos de construção de infraestrutura enfatizados pelo BRICS alinham-se com o plano econômico estratégico do Estado sul-africano. Além disso, o BRICS entende as demandas e as prováveis prioridades do país e a região em geral. Por isso, desenvolveu um plano estratégico para integração e industrialização do continente no qual a África do sul poderia sair como o grande beneficiário. O BRICS como grupo se comprometeu a empreender essas iniciativas, promovendo o desenvolvimento socioeconômico por meio de cooperação econômica e financeira com objetivo de facilitar o investimento e criação de novas oportunidades de negócios para as partes envolvidas (BRICS, 2015).

Nessa perspectiva, esperava-se que a cooperação econômica intra-BRICS pudesse auxiliar a África do Sul a impulsionar sua economia ao trazer benefícios socioeconômicos em vistas de aumentar a criação de empregos, de maneira a contribuir na redução da desigualdade e da pobreza. Ademais, assinala-se que o ingresso da África do Sul no grupo em 2011 contribuiu para ampliar as suas relações bilaterais e multilaterais ao diversificar os mercados para atuar no comércio internacional, sendo um ator importante como membro dos BRICS. (Prinsloo, 2019).

Ademais, um dos grandes desafios para África do Sul nas suas relações comerciais com outras nações do BRICS é o seguinte: o país exporta as matérias primas, as *Commodities* para os BRICS, portanto, importa os bens manufaturados, embora seja reconhecido como um país que possui uma boa base industrial, sendo o único Estado da África Subsaariana com um importante parque industrial. Portanto, dentro dos BRICS, não tem a vantagem comparativa nesse sentido, pois a maioria dos produtos que exporta para o mercado dos BRICS são

produtos não-manufaturados. De fato, isso ocorre porque comparativamente com outros países do grupo, a sua indústria não alcança o desenvolvimento ideal para enfrentar a competitividade no comércio global inclusive dentro do grupo (Prinsloo, 2019).

Observa-se que o estabelecimento do Novo Banco de Desenvolvimento NDB foi uma grande conquista para o fortalecimento e comprometimento dessa cooperação econômica internacional, sendo um importante instrumento para realizar importantes investimentos nos países membros. Dessa maneira, percebeu-se que a África do Sul tem se beneficiado do mecanismo do NDB obtendo fundos para financiamento dos seus projetos de integração regional e também o desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, a África do Sul avançou com seus objetivos, tendo acesso aos fundos de investimento do NDB que tende a facilitar o acesso ao financiamento para os países no mercado emergente para realização de grandes projetos de desenvolvimento (Prinsloo, 2019).

Assim, a política operacional do NDB é bem diferente dos outros mecanismos financeiros. Desde sua concepção, foi idealizado para atender os países com economias emergentes ou subdesenvolvidos de maneira a auxiliá-los a efetuarem investimentos sólidos com vistas a trazer soluções adequadas, contribuindo ao crescimento sustentável ideal para o desenvolvimento. Como se sabe, o NDB tem uma linha de atuação a ser seguida, assim enfatiza-se que atua em setores como: energia limpa, infraestrutura de transporte, irrigação, gestão de riscos, híbridos, saneamento infraestrutura social e ambiental (NDB, 2014).

O NDB desempenha um papel catalisador, ao prover apoio financeiro aos países, assim evidencia-se que o NDB continua mobilizando recursos com vistas a melhorar a sua atuação. De fato, no âmbito dessa cooperação econômica, muitos projetos foram aprovados pelo NDB em vários países membros, nesse contexto, é importante destacar a grande atuação da instituição na África do Sul. Dessa forma, estima-se que de 2015 a 2019 foram aprovados e financiados 19 projetos no valor de US\$5.2 bilhões na África do Sul (Republic of South Africa; DNT 2021). Entre esses projetos, destacam-se: o projeto de armazenamento de Energia de Bateria, o Projeto de Desenvolvimento do Setor de Energia Renovável, Projeto Hídrico das Terras Altas do Lesoto Fase II, projeto de mecanismo de financiamento de ESKOM, Expansão e Modernização do Terminal de Contêineres de Durban. Esses projetos foram aprovados pelo NDB, pois se enquadram nos projetos de desenvolvimento sustentável promovido pelo BRICS (BRICS, 2023).

Como é sabido, o grupo BRICS coloca muita ênfase na cooperação econômica internacional, buscando-se aprofundar mais a relação comercial intra-BRICS por meio de assinatura de acordos que permitiria facilitação de comércio e de investimento. Entretanto,

embora existam alguns acordos nesse sentido, os membros do grupo não chegaram a celebrar um acordo total de livre comércio. De fato, têm acordos que visam priorizar as áreas para cooperação econômica e comercial. Assim, acredita-se que a cooperação econômica e de investimento mais ativa intra-BRICS poderia contribuir grandemente para o crescimento econômico ao aproveitar as oportunidades no mercado (BRICS, 2015).

Assim, houve o Acordo de Facilitação de investimento (AFC) que objetiva reduzir as barreiras não tarifárias e simplificar os investimentos nas questões de procedimentos aduaneiros entre os países do grupo. Mesmo assim continuam com acordos de condições de taxas especiais para alguns produtos, mas não chegaram a firmar o acordo de livre comércio como o MERCOSUL ou NAFTA (BRICS, 2017). Nesse contexto, preferem manter um certo equilíbrio que possa ser favorável para manutenção da indústria nascente, evitando o desequilíbrio que possa resultar em impactos negativos nas indústrias nacionais (Republic of South Africa; DIC, 2017).

Em relação ao comércio intra-BRICS, perceberam-se que o comércio entre os países teve um aumento significativo em termos de volumes de transações em 2018 (Prinsloo, 2019). Apesar do aumento do comércio, argumenta-se que África do Sul encontra desafios nas suas relações comerciais com os demais BRICS. Evidencia-se que o aumento dos seus fluxos comerciais intra-BRICS ocorre devido a sua relação bilateral com a China e a Índia, são esses países que importam mais os produtos minérios sul-africanos. Com a Rússia e o Brasil as importações e exportações sul-africanas são consideradas modestas (Prinsloo, 2019).

Tabela 2 - Importações sul-africanas (por parceiro de origem em US\$ milhares)

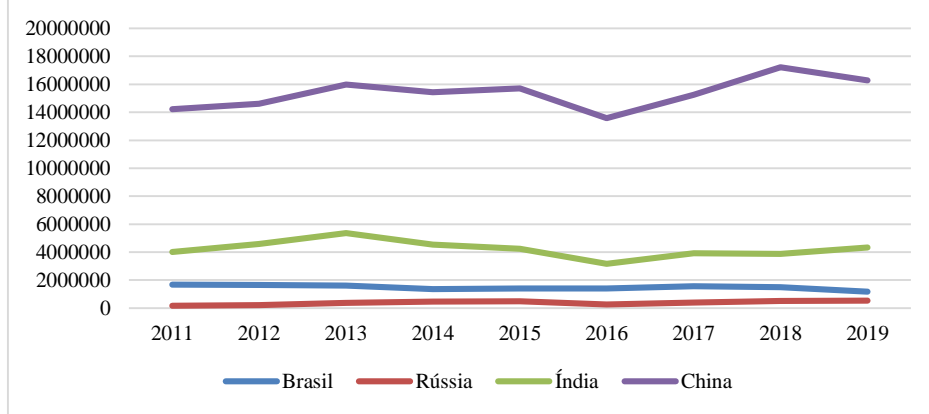
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Brasil	1669392	1666532	1606911	1366999	1400577	1405266	1560195	1495245	1185512
Rússia	172753	202289	377969	455969	485023	262715	394170	517169	532889
Índia	4018460	4594161	5371906	4543212	4237462	3174716	3921316	3875257	4329327
China	14209168	14617721	15989441	15441512	15719069	13581805	15258814	17221932	16289345

Fonte: Elaborado pelo autor com os dados do trademap.org(2024).

Observa-se na tabela 2 as importações sul-africanas para os demais BRICS têm sido relevantes nesse período, sobretudo devido ao aumento de transações comerciais com a China, seguida pela Índia como pode perceber isso no gráfico 1. Com o Brasil e a Rússia, as importações sul-africanas não foram tão expressivas e não houve crescimento consistente.

Ainda assim, em termos de trocas comerciais se mostraram vantajosas, pois se serviram para diversificação de mercado.

Gráfico 1 - Importações sul-africanas (por parceiro de origem, em US\$ milhares)



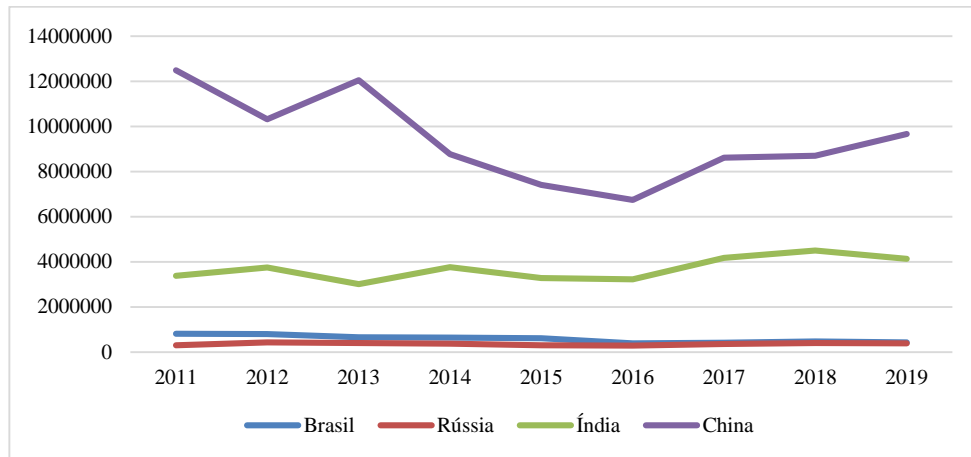
Fonte: Elaborado pelo autor com dados de trademap.org (2024)

Para as exportações sul-africanas, percebe-se que a China segue sendo o país que carrega maiores volumes de transações comerciais com a África do Sul dentro do grupo. Observa-se no gráfico 2 que houve oscilações e diminuição nas exportações sul-africanas, mas a China e Índia continuam sendo os parceiros comerciais mais importantes para África do Sul dentro do grupo.

Tabela 3- Exportações sul-africanas (por parceiro de destino em US\$ milhares)

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Brasil	813508	788304	657606	632212	610878	379483	407880	464386	425574
Rússia	303400	427360	403094	365997	291683	283904	357857	403847	380174
Índia	3376121	3750854	3003081	3755578	3278367	3227387	4166444	4493472	4126646
China	12495976	10320691	12047251	8772195	7403169	6742878	8608962	8706032	9659694

Fonte: Elaborado pelo autor com dados de trademap.org (2024)

Gráfico 2 - Exportações sul-africanas (por parceiro de destino, em US\$ milhares)

Fonte: Elaborado pelo autor com dados de trademap.org (2024)

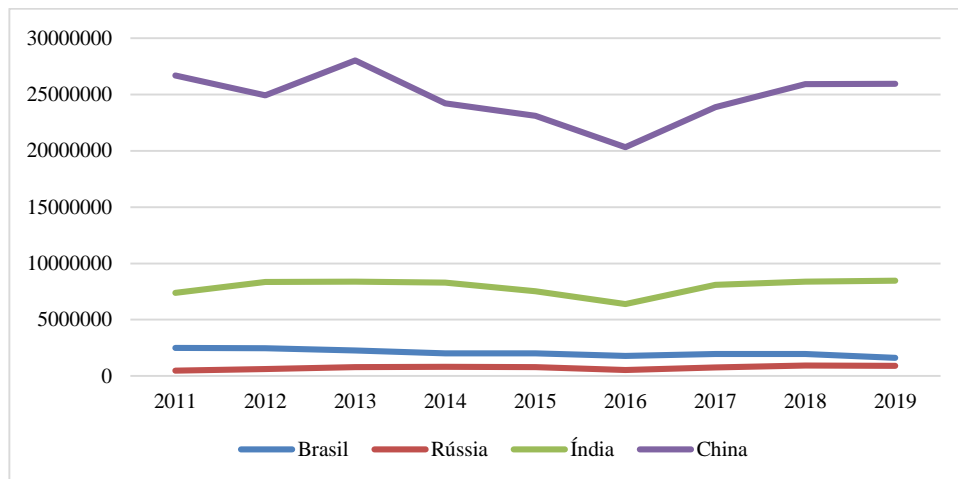
O comércio intra-BRICS, têm algumas peculiaridades, as quais podem ser verificadas na tabela 4, pode-se perceber que os volumes de transações entre os países do BRICS têm se mantido equilibrados. A África do Sul apresentou importantes fluxos comerciais de forma bilateral com a China, principalmente no início da década de 2010 com grande demanda chinesa por *comodities*, principalmente os produtos minerais. Assim, houve períodos considerados de exceção, sobretudo período de boom das *Comodities*. Para o Brasil e a Rússia, o gráfico mostra que não houve um crescimento significativo das transações comerciais com a África do Sul ao longo do período analisado.

Tabela 4-Comércio total (exportações + importações, em US\$ milhares)

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Brasil	2482900	2454836	2264517	1999211	2011455	1784749	1968075	1959631	1611086
Rússia	476153	629649	781063	821966	776706	546619	752027	921016	913063
Índia	7394581	8345015	8374987	8298790	7515829	6402103	8087760	8368729	8455973
China	26705144	24938412	28036692	24213707	23122238	20324683	23867776	25927964	25949039

Fonte: Elaborado pelo autor com dados de trademap.org (2024)

Gráfico 3 – Comércio total entre África do Sul e Parceiros (em US\$ milhares)



Fonte: Elaborado pelo autor com dados de trademap.org (2024)

4.3 COOPERAÇÃO TÉCNICA: COMPARTILHAMENTO DE TECNOLOGIA, CONHECIMENTO E EXPERIÊNCIA

A cooperação internacional econômica tem sido a ideia fundamental na formação do grupo BRICS, Consequentemente ao longo dos encontros anuais das cúpulas do BRICS têm sido identificadas outras áreas de cooperação muito importantes para o futuro do grupo. Assim, salienta-se a necessidade de avançar nas discussões sobre outros os temas globais. Nesse contexto, sobre a demanda do Presidente Russo em 2011, iniciaram-se os debates sobre as possibilidades de cooperação científica, tecnológica e inovação CT&I na qual os líderes junto com as instituições de Ciência dos países integrantes do BRICS poderão compartilhar experiências, conhecimento e informações (BRICS, 2013).

No BRICS tem-se designado algumas áreas específicas para atuação com a ciência e tecnologia e a importância de inovação. Assim, foi previsto ampliar a colaboração entre as nações do BRICS por meio de uma série de ações focadas em transferência de tecnologia, construindo redes de parques tecnológicos e incentivando a inovação na questão de *startup e-commerce* entre outros. O aspecto relevante dessa iniciativa da Rússia é a capacidade de enxergar nas lacunas, falta de conhecimento na questão de desenvolvimento científico dos países do BRICS para inovar em alguns setores-chave utilizando os recursos de pesquisa e desenvolvimento (P&D) (Kahn, 2015).

Nessa perspectiva, o BRICS defende a formulação de uma política de pesquisa e desenvolvimento. Isto é crucial para o processo de inovação, pois se refere a um processo de melhorar os produtos e os serviços de atividades de grande importância para suas respectivas

sociedades. Por consequência, essas ações objetivam contribuir na melhoria das condições de vida e ademais aumentar a competitividade dos países no cenário internacional. Esse mecanismo de colaboração reflete a ideia do BRICS no processo de busca do desenvolvimento em comum. Nesse sentido, as prioridades são voltadas para as áreas estratégicas dos países membros do BRICS, assim definiram-se as áreas da seguinte maneira:

- a) intercambio de informações nas políticas da área, com especial ênfase nos programas de transferência de tecnologia e inovação;
- b) segurança alimentar e agricultura sustentável;
- c) mudanças climáticas e prevenção de desastres naturais;
- d) energias renováveis, novas energias e conservação;
- e) pesquisas básicas como elementos imprescindíveis para inovação e qualidade competitiva;
- f) ciências aeroespaciais e aeronáuticas, astronomia e imagem de satélites;
- g) medicina e biotecnologia;
- h) recursos híbridos e tratamento de poluição;
- i) parques tecnológicos e incubadoras de empresas;
- j) aumento de fluxo de cientistas e de jovens universitários, incentivando o intercâmbio educacional entre as principais universidades dos BRICS (BRICS, 2013).

Ao estabelecer os parâmetros de programa de pesquisas, o BRICS escolheu dividir as áreas de atuação em vistas de buscar a eficiência e excelência nos programas. Assim, cada país ficou com a responsabilidade da coordenação dessas atividades endossando cinco grandes áreas temáticas sobre suas respectivas lideranças, e ficando dividido dessa seguinte maneira: mudanças climáticas e preparação e mitigação de desastres naturais, Brasil; recursos hídricos e tratamento da poluição, Rússia; aplicações e tecnologias aeroespaciais, Índia; energias novas e renováveis e eficiência energética e nanotecnologia, China; e astronomia, África do Sul (BRICS, 2014).

Para alcançar as metas desses objetivos, o BRICS se comprometeu a aumentar a participação dos negócios em academia e outros públicos de interesses na questão de desenvolvimento de CT&I. A declaração de 2014 a respeito dessa temática da CT&I impulsiona os países a desenvolverem estratégias em vistas de aumentar as suas capacidades em pesquisas e desenvolvimento, assim os países concordaram e reconheceram as iniciativas independentes a fim de estabelecer uma rede de universidades dos BRICS em vistas de facilitar o desenvolvimento de programas de mestrados, doutorados e pós-doutorado durante

os projetos de pesquisa conjuntos nas áreas de prioridades nas quais precisam desenvolver conhecimento científico específico (BRICS, 2014).

Destaca-se a importância da ciência na formulação da política educacional desses países dos BRICS, pois a questão de pesquisa acadêmica nas universidades é sempre um elemento fundamental na construção do conhecimento. O programa de CT&I veio ampliar a formação acadêmica, trazendo uma abordagem inovadora para lidar com as questões de modernização. Embora os países do BRICS apresentem os sistemas educativos diferentes devido às dependências históricas e culturais. O programa de inovação foi bem acolhido e funciona bem, mesmo sendo complexo e distinto para sua adaptação em cada sociedade. Destacaram-se o desenvolvimento e grandes progressos técnicos na área da tecnologia da Índia. O Brasil se apresenta como líder mundial em pesquisa agrícola com Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e também muito avançado na pesquisa médica com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Da mesma forma, as academias de ciência russa e chinesa vêm realizando pesquisa notável, mesmo que suas universidades tenham uma proporção menor em termos de pesquisa. África do Sul, mesmo sendo a economia menor do grupo, apresenta um nível de pesquisa bem considerável, contando com o apoio financeiro do seu governo (Kahn, 2015).

De uma maneira geral, a ciência é fundamental na constituição de elementos importantes para produzir conhecimentos, podendo ampliar as fronteiras do saber. De forma tradicional atribui-se à ciência essa capacidade notável de engendrar a tecnologia. Dessa maneira, precisa-se examinar a sua absorção no mercado, para os consumidores pode ser caracterizada como inovação. Em realidade, a ciência pode produzir conhecimento concreto, eficaz em vistas de transformá-lo em produtos para o mercado consumidor. Assim, contribui eficientemente para o desenvolvimento humano e também pode se servir de base para o desenvolvimento da tecnologia, praticando a pesquisa e desenvolvimento P&D (Mota, 2015).

Assim, a nova dinâmica ao produzir conhecimento impõe que as necessidades e demandas nas sociedades sejam os elementos definidores nas pautas das principais áreas de programas de pesquisas (Mota, 2015). Enfatiza-se a necessidade de adaptação com esses movimentos, assim pode permitir uma nova forma de produzir e absorver o conhecimento em vistas de reduzir a distância que existia entre ciência, tecnologia e inovação. De certa forma, a inovação com suas demandas tende a definir o rumo para produção científica para suprir as necessidades do mercado, por isso, precisa-se de conhecimento de uma área específica. Essa nova estruturação tende a incentivar os pesquisadores a desenvolver pesquisa mais pragmática para sua área de atuação, tendo em vista que podem explorar espaços e outros horizontes em

setores-chaves como institutos tecnológicos e, também os setores importantes de pesquisa e desenvolvimento dentro de empresas (Mota, 2015).

Por conseguinte, observou-se que os países dos BRICS tiveram avanço científico e tecnológico significativo com o destaque para China que mudou as discussões de dificuldade dos países em desenvolvimento de alcançar o estágio de inovação. Dessa forma, a inovação propiciou à China os meios para alcançar crescimento e desenvolvimento de forma sustentável. Nessa perspectiva, Pequim passou a promover a importância da inovação no processo de desenvolvimento aos membros do BRICS, enfatizando também o papel fundamental do avanço tecnológico e científico para o crescimento econômico. Dessa maneira, determina-se que o programa de CT&I pode ser um meio estratégico, capaz de estimular o desenvolvimento.

A China tem se destacado nos âmbitos dos BRICS com os principais avanços tecnológicos e inovadores. O país tem conseguido acumular o crescimento ao aproveitar as vantagens de inovação e desenvolvimento tecnológico. Salienta-se que seus gastos em P&D têm sido realizados em grande parte por empresas. Desta forma, na China combina-se a industrialização com intervenção do Estado, desenvolvendo uma política em vistas de atrair os investimentos de empresas multinacionais. Assim, constituíram-se as bases para o controle de setor de alta tecnologia para o sistema nacional do Estado (Fernandes *et al.*, 2013).

Os resultados mais significativos dessa cooperação técnica de ciência e tecnologia no âmbito dos BRICS foram encontrados nos setores da saúde e da agricultura. Após analisar vários documentos, foram enfatizados resultados satisfatórios baseados em P&D. Houve grandes avanços no processo de produção de medicamentos com preços acessíveis. O mecanismo de transferência de tecnologia foi crucial para obter esse resultado, sendo um meio essencial para atingir a equidade global e, também contribui para reforçar os sistemas de desenvolvimento na área de saúde desses países membros do BRICS nas suas atuações conjuntas. (Fernandes *et al.*, 2013). A agricultura por sua vez apresentou importantes avanços com expertise dos países, trabalhando em conjunto ao trocar informações, conhecimento e experiências na cooperação técnica. Dessa forma, os países desenvolvem capacidades inovadoras e tecnológicas e pesquisas científicas com objetivo de melhorar o acesso à alimentação, o desenvolvimento econômico e ganhos comerciais para os países envolvidos (Fernandes *et al.*, 2013).

4.4 FINANCIAMENTOS DE PROJETOS DE INFRAESTRUTURAS E INVESTIMENTO DIRETO ESTRANGEIRO (IDE)

A infraestrutura se revela essencial para criar as condições em vistas de elevar o grau de desenvolvimento, e desempenha um papel-chave na transformação de uma sociedade. Dessa forma, destaca-se que o investimento em infraestrutura é fundamental para o desenvolvimento sustentável. Nesse contexto, em busca de investimento em infraestrutura e outras áreas importantes relacionadas ao desenvolvimento econômico. A África do Sul tem reforçado sua relação bilateral e multilateral com os países dos BRICS, abraçando as oportunidades de ser membro do grupo (UNCTAD, 2019). A infraestrutura desempenha um papel importante no processo de desenvolvimento econômico, enfatiza-se a necessidade de investir na infraestrutura para melhorar as condições de serviços e qualidade de vida na sociedade sul- africana, e conseqüentemente melhorar as condições do ambiente de negócios (Republic of South Africa; DIRCO, 2019).

Por conseguinte, analisa-se cooperação financeira com os demais BRICS em termos de participações e financiamento nos projetos de infraestrutura na África do Sul. Assim, destaca-se o fortalecimento da relação bilateral especial entre os certo smembros a fim de desenvolver e realizar alguns projetos de grande impacto que possam contribuir ao desenvolvimento, melhorando a infraestrutura do país ao criar melhores condições para o ambiente de negócios e conseqüentemente gerar empregos para a população (BRICS, 2013).

A energia tem sido uma área destacada e muito discutida entre os países, dessa forma muitos projetos foram empreendidos nos países, sobretudo a promoção para energia renovável. Salienta-se em grandes projetos na parceria bilateral e multilateral dos BRICS. Nesse sentido, a Rússia tem investido em desenvolvimento de projetos de energia em vistas a melhorar as capacidades energéticas da África do Sul para facilitar o acesso à eletricidade nas áreas de difícil acesso no país (Mikhaylov, 2018).

Dentro do BRICS, a cooperação sino-africana tem se destacado em termos de investimentos em megaprojetos com destaque de uma importante parceria público-privada das empresas chinesas beneficiadas do apoio do Estado chinês, incentivando suas firmas a investir no mercado externo. A China tem desenvolvido uma cooperação especial com o continente africano, principalmente com África do Sul. (Yu; Yuan; Wang, 2022). Na cúpula do BRICS realizada em Johannesburgo, a China reafirmou o seu compromisso em vistas de fortalecer a relação bilateral com a África do Sul. Assim, o presidente Xi Jinping declarou que o país se tornou o principal parceiro comercial na região. Assim, estima-se que o comércio mútuo entre

os dois países cresceu vinte vezes desde o início de 1998 e alcançando o valor de US\$ 39.7 bilhões em 2017 (Garcia, 2018). Da mesma forma, o investimento chinês na África do Sul teve um crescimento multiplicado em oitenta vezes e atingiu um patamar de US\$ 20 bilhões (Garcia, 2018).

Observou-se que o investimento chinês na África do Sul é diversificado, assim abrange vários setores da economia do país com destaque para esses setores: metais, infraestrutura e imobiliários ademais alguns grupos de investimentos no setor financeiro sul-africano (Garcia, 2018). Para realizar esses projetos de investimentos, China tem disponibilizado no Banco Chinês de desenvolvimento (CBD), um fundo especial para apoiar financeiramente às empresas chinesas, investindo no exterior, principalmente no continente africano. Ao longo do tempo, a parceria se fortaleceu, as partes decidiram criar um fundo multilateral denominado Fundo China-África (CAF) (Garcia, 2018).

Além do investimento do Estado Chinês, constata-se que o IDE tem sido muito significativo com a entrada das empresas chinesas. Pode-se destacar a empresa transnacional chinesa *Jinchuan Group* que atua no setor da indústria extrativa na África. Enfatiza-se que essa empresa mantém de 60 a 70% de seus ativos no mercado africano. Na consolidação dessa parceria, o fundo de CAD é fundamental nessas iniciativas e se destina a apoiar e encorajar as empresas chinesas a investir na África. No acordo firmado entre as partes, o fundo é criado para investimento nos seguintes setores: a agricultura, a manufatura, os parques industriais e os recursos naturais (Garcia 2018). Na África do Sul, o fundo teve resultados concretos nos financiamentos de grandes projetos tais como: o parque industrial doméstico, uma fábrica de cimento com estabelecimento de uma empresa multinacional chinesa chamada *Jindong Cement Group* e a fábrica de montagem de automóvel *China Faw* (Garcia, 2018).

Observa-se que a China e a África do Sul desenvolveram uma relação diplomática bilateral muito sólida, para o Estado chinês, a África do Sul é um parceiro estratégico muito importante para a política externa chinesa. Da mesma maneira, as empresas chinesas desenvolveram boas relações comerciais com as empresas sul-africanas, trabalhando em conjunto em diversas áreas como: agricultura, telecomunicações e energia renovável compartilhando conhecimento, experiência e também nova tecnologia (Yu; Yuan; Wang, 2022).

Embora a China tenha seus próprios mecanismos de financiamento para sua atuação na África. No decorrer dessa relação entre a China e África do Sul, várias iniciativas foram tomadas no intuito de reforçar ainda mais essa parceria, dentro dessas iniciativas destacam-se : *Belt and Road Initiative* (BRI), FOCAC e o NDB do BRICS.

Percebe-se que com o NDB do BRICS foi usado posteriormente como fonte de financiamento chinês para financiar certos projetos no solo sul-africano (Garcia, 2018). Nessa parceria entre as duas nações identifica-se que ao total seis projetos foram aprovados e financiados entre 2016 a 2018 (Republic of South Africa; DNT, 2019; Garcia, 2018). Esses projetos fazem parte dos setores-chave para a economia sul-africana e foram repartidos dessa maneira: dois desses projetos foram para projetos de energia renovável e redução de carbono com a empresa Eskom, mas antes disso, havia um projeto aprovado pelo Banco NDB e realizado pela empresa *Industrial Development Corporation* IDC e um outro projeto que foi para a Agência Nacional de Estradas (*South African National Roads Agency Limited – SANRAL*) para os projetos em transporte (Garcia, 2018).

Assim, essa parceria entre a China e África do Sul possui várias fontes de financiamento para a realização de projetos em infraestrutura e investimento nas empresas graças a diversas iniciativas dos organismos criados pelos governos que reforçaram a cooperação bilateral e multilateral entre as nações. Dessa forma, pode-se destacar a criação Fórum de Cooperação China-África de FOCAC que se tornou uma instituição nos anos 2000 com sede em Johannesburgo. Esse mecanismo se formou com objetivo de fomentar e canalizar os investimentos chineses nos países africanos nos projetos de desenvolvimento de infraestrutura e também na criação e instalação de empresas chinesas na África por meio de *Joint Ventures*. No mesmo contexto, o plano de ação de 2016 -2018 foi lançado com vistas de incentivar e sustentar o investimento das empresas chinesas para atuar na África em vários setores como: agricultura, infraestrutura, energia, indústria de serviços entre outros (Garcia, 2018).

Nessa iniciativa de cooperação internacional para o desenvolvimento da África do Sul. Dentro dos mecanismos importantes da atuação da China, o BRICS desempenha um papel central na formalização e construção de uma força coletiva, apoiando a integração regional para o crescimento do continente africano. Por isso, os BRICS apoiam o processo de integração na África junto com um plano de industrialização. Entende-se que a África do Sul espera obter o apoio financeiro dos BRICS para alavancar sua economia por meio de desenvolvimento da infraestrutura (Sidiropoulos *et al.* 2018). Como o presidente sul-africano Jacob Zuma (2012) enfatiza que a África do Sul precisa de investimento de larga escala para o desenvolvimento da infraestrutura e da indústria manufatureira (Sidiropoulos *et al.*, 2018).

Com a ideia de estratégia de desenvolvimento de negócios, muitos países em desenvolvimento tomam iniciativa de criar Zonas Econômicas Especiais (ZEE) para que os governos possam facilitar as atividades industriais, adotando medidas com vistas a incentivar

investimentos nessas áreas. Geralmente as ZEE são estabelecidas em áreas geograficamente afastadas e delimitadas. Assim, os governos tendem a conceder uma série de vantagens aos investidores para que estabeleçam suas atividades empresariais nessas zonas. Dessa forma, adotam-se algumas estratégias fundamentais, ao desenvolverem as ferramentas necessárias para promoção das zonas de livre comércio (UNCTAD, 2023).

Assim, pode-se destacar as iniciativas do governo chinês em participar na construção de várias zonas econômicas especiais na África do Sul. Essas zonas são consideradas importantes para as firmas industriais chinesas e para África do Sul em vistas de impulsionar e facilitar o investimento direto bilateral nessas zonas. Nessa perspectiva, considera-se ideal para promover e desenvolver a industrialização com objetivos de gerar mais empregos para a população sul-africana (Garcia, 2018).

Em termos de investimento, a integração da África do Sul nos BRICS trouxe entradas substanciais de capital para o país. O (IDE) de países do BRICS testemunhou um aumento significativo, particularmente em setores críticos como: mineração, infraestrutura e manufatura. Esses investimentos estimulam o crescimento econômico, aumentam a competitividade industrial e criam as oportunidades de emprego muito necessárias (Campos, 2018).

O (IDE) tem sido relevante e desempenha um papel fundamental na economia mundial. Nos países dos BRICS, o IDE é considerado benéfico para economia do país que recebe o investimento e também para a firma que decide investir seu capital naquele local. Dentro do grupo, apesar do aumento do investimento entre os membros, percebeu-se que não é tão expressivo, mostram-se importante incentivar os países a investirem mais nas indústrias manufatureiras (UNCTAD, 2023). Apesar de crescimento bem notável que tinha nas áreas com investimento e internacionalização de fábrica de eletrônicos e, de automóveis. Solicita-se o esforço do investimento nos países membros como África do Sul. Esta é uma forma para uma firma ter acesso ao novo mercado, compartilhando experiência e conhecimento e ao mesmo tempo permite participar na geração de empregos e aumento da renda no país (UNCTAD, 2023).

4.5 AVALIAÇÕES DOS INDICADORES SOCIOECONOMICOS

No continente africano, a África do Sul se destaca como um país com renda média e possui uma economia relativamente diversificada. O país também se beneficia de uma boa reputação internacional pela sua história de encerramento do *apartheid* e também pelo dinamismo da sua economia. Segundo os dados da OMC (2022), a economia sul-africana é dominada pela indústria de serviços nos quais o setor financeiro representa quase um quarto de valor agregado (WTO, 2019). Destaca-se também a sua base industrial que representa um ponto forte de desenvolvimento econômico tanto para o país quanto para a região da África Austral e o país vem se consolidando o seu crescimento desde o fim do *Apartheid*. De acordo com os dados do Fórum Econômico Mundial WEF (2020). Em 2019 a África do sul foi o segundo país mais competitivo no continente africano (WTO, 2022).

Analisando-se os dados econômicos na África do Sul, é possível ter uma ideia dos avanços econômicos e sociais do país. Porém em muitos casos, é preciso levar em consideração vários indicadores socioeconômicos em vistas de avaliar a questão do desenvolvimento. Portanto, para uma análise mais adequada com objetivo de produzir resultados, é necessária muita atenção nos dados dos indicadores socioeconômicos. De fato, é precisa uma análise acurada para poder identificar os principais fatores que possam impactar os indicadores socioeconômico na vida real da sociedade sul-africana.

Como foi enfatizado no primeiro capítulo, o desenvolvimento exige um conjunto de condições em vistas de alcançar a sua real consecução. Como menciona (Souza, 2005) o desenvolvimento econômico não pode ser resumido ao crescimento econômico, pois este enfoca-se principalmente nas questões específicas dos indicadores econômicos como PIB, PIB *per capita*, taxa de pobreza entre outros. No entanto, o desenvolvimento engloba os indicadores socioeconômicos, incluindo ambientais e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) (PNUD, 2015).

Assim, de acordo com os dados Banco mundial (2020), o Produto Interno Bruto *per capita* na África do Sul teve um leve aumento de US\$ 7.314 em 2010 para US \$ 8.047 em 2019. Todavia, esse crescimento não reflete no PIB da África Sul neste mesmo período, o qual o país conheceu uma desaceleração da economia, a taxa de crescimento real do PIB de 3,3% em 2011, ficou em 0,2% em 2019. Há vários indicadores que levam em consideração a taxa de pobreza, a desigualdade e o desemprego entre outros. Através desses indicadores, pode-se avaliar a qualidade de vida na sociedade sul-africana (Worldbank, 2020).

A partir dos dados recolhidos sobre o PIB e *Pib per capita* da África do Sul, pode-se constatar que o crescimento do país foi mitigado. A economia sul-africana tem enfrentado muitas dificuldades, o seu crescimento, sendo considerado modesto, como o país tendo uma taxa de crescimento de 1,8 % no período de 2011 a 2019 (Worlbankdata,2020).

A tabela 5 mostra os principais indicadores econômicos da África do Sul no período de 2012 a 2019, assim pode-se analisar a evolução socioeconômica nesse período.

Tabela 5– indicadores econômicos da África do Sul (2012-2019)

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
PIB em bilhões \$	434,4	400,9	381,2	346,71	323,49	381,45	405,6	389,33
PIB per capita em milhões de \$	8.173,9	7.441,2	6.965,1	6.204,9	5.735,1	6.734,1	7.067,7	6.702,5
Crescimento do PIB (%)	4,2	5,2	1,4	1,3	0,7	1,2	1,6	0,3
Taxa de desemprego (%)	21,8	22	22,6	22,9	24	24	24,2	25,5
Eletricidade (%)	85,2	85,2	85,9	85,3	83,9	84,4	84,7	85

Fonte: elaborado pelo autor com dados de Worlbank Data (2020).

Embora a África do Sul tenha avançado consideravelmente nas últimas décadas, o país ainda enfrenta desafios socioeconômicos complexos, como desigualdade social, desemprego e pobreza. Além disso, há preocupações em relação à vulnerabilidade de sua economia em meio às flutuações do mercado global (Campos, 2018). Em suma, a discussão sobre o ingresso da África do Sul no grupo é que seu crescimento econômico ao BRIC não reflete o padrão de crescimento dos outros quatro membros de economias emergentes no cenário global (Ribeiro; Moraes, 2015).

Em relação à expectativa de vida ao nascer, a África do Sul no período de 2000 a 2010 apresentou dados constantes, em torno de 52 anos. Porém na década de 2011 para 2019 houve uma melhoria no indicador de expectativa de vida sul-africana que aumentou para 64 anos. Em comparação com outros países membros nesse período de 2000 a 2010 foi o único país que não teve um aumento na expectativa de vida no BRICS. (Strassburg; Souza; Eberhardt, 2013)..

Entretanto, ao analisar as condições socioeconômicas da sociedade, é importante saber que a expectativa de vida está relacionada também ao IDH Índice de Desenvolvimento Humano, isso é considerado um dos principais indicadores usado para mensurar e investigar o desenvolvimento. De fato o IDH, de acordo com Programa de Desenvolvimento das Nações

Unidas do (PNUD, 2015), o IDH abarca tudo que está relacionado à questão do bem estar, a qualidade de vida e o desenvolvimento do ser humano, saúde, nível de escolaridade e acesso aos serviços básicos entre outros. Assim, nessa tabela apresenta-se a tendência de IDH na África do Sul nas últimas décadas desde o fim do *apartheid*.

Tabela 6-Tendência de evolução de IDH na África do Sul 1994-2019

Ano	1994	2000	2010	2014	2015	2017	2019
IDH	0.627	0.631	0.664	0.693	0.701	0.705	0.707

Fonte: elaborado pelo autor com dados de South Africa Human development Report (2022).

A partir dos dados da tabela 6, pode-se perceber que África do Sul teve uma leve melhoria do indicador do Índice de Desenvolvimento Humano, o qual, todavia, ainda é considerado baixo. Como o IDH abrange vários outros indicadores, a tabela 7 apresenta os indicadores que são importantes para analisar a qualidade de vida nas questões de acesso aos serviços básicos.

Tabela 7 - Progresso da África do Sul nos indicadores básicos do desenvolvimento Humano

Serviços básicos	1996	2001	2011	2019
Eletricidade	58,2%	69,7%	84,7%	85,0%
Educação				
Certificado de Matrícula para menor de 12 anos	15,6%	20,4%	27,7%	30,8%
Pós-ensino médio	5,8%	8,4%	11,7%	15,4%
Estudando na idade de 4 a 24 anos	70,1%	71,5%	73,5%	85,9%
Melhora de saneamento	60,8%	62,3%	73,4%	88,2%
Melhora na água potável	50,5%	53,6%	57,0%	32,1%
Habitação formal	65,1%	68,7%	77,6%	81,9%

Fonte: Elaborado pelo autor com dados de Human Development Report for South Africa (2022).

Assim, ao analisar de forma comparada, pode-se dizer que houve melhoria na qualidade de vida da população, considerando os incrementos verificados nos indicadores, embora o IDH seja considerado baixo. Como observado na tabela 5, houve algumas oscilações nos indicadores, de tal forma que o país não obteve consistência no período de crescimento. Isso se deveu aos outros fatores como crise social e política interna, o que fez com que a pobreza e o desemprego aumentassem no país, embora houvesse muitas incitativas de investimentos no país, a desigualdade ficou marcante com uma grande parcela da população que não têm acesso ao emprego e aos serviços básicos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O surgimento do BRICS na década de 2000 apareceu como um fenômeno na política internacional. Os grandes países com economia emergente do BRICS se uniram em busca de uma alternativa na governança global, reivindicando a composição estrutural dessa ordem internacional liderada pelo ocidente. No entanto, inicialmente as diferenças culturais, históricas e geográficas colocaram em dúvidas sobre a possibilidade de uma verdadeira existência de parceria fiável e firme entre os membros do BRICS.

Nessa perspectiva, muitas percepções e opiniões foram divergentes a respeito do grupo, com alguns argumentando que se tratava de um simples grupo político voltado para defender seus interesses na política internacional, o qual teria dificuldade de se manter unido ao longo do tempo. Não obstante, constata-se que o grupo se fortaleceu cada vez mais nas relações internacionais, promovendo o multilateralismo e defendendo um sistema internacional mais cooperativo e equitativo para buscar o desenvolvimento em comum por meio de cooperação internacional.

Ao ingressar no BRICS, a África do Sul percebeu no grupo um mecanismo multilateral ideal que poderia auxiliá-la a resolver alguns problemas internos e regionais. Sobretudo, dado o fato de que o BRICS defende uma cooperação internacional que promove reforma no sistema de governança global e desenvolvimento por meio de cooperação nas relações internacionais. Haja vista que o grupo é composto de grandes países no mercado emergente, a África do Sul procurava fortalecer sua posição na região da África subsaariana como líder regional, sabendo-se que sua participação representaria uma chance para aprender e crescer juntos com grandes países de economias emergentes como China, Brasil, Rússia e Índia. Considerando-se que o grupo na sua concepção ideal objetiva a promover o desenvolvimento sustentável no mundo. Assim, entende-se que a cooperação internacional pode ser usada como mecanismo capaz de contribuir ao processo de desenvolvimento de um país, estimulando uma cooperação econômica, financeira e comercial em vistas de facilitar o investimento e comércio entre os membros.

O BRICS constituiu-se em um vetor econômico, viu-se que o grupo se consolidou no sistema de governança global, estabelecendo sua agenda internacional em vistas de reforçar a cooperação entre os seus membros, ao mesmo tempo em que permitiu obter uma voz coletiva nas reuniões dos fóruns internacionais que abordam e discutem os temas globais. É notável a contribuição dos BRICS no mercado emergente, como o grupo sendo um elemento catalisador e impulsionador para o comércio internacional, Investimento Direto Estrangeiro.

Dessa forma, apoia o processo de crescimento econômico mundial em varias regiões do mundo. Os BRICS promovem uma política inclusiva de cooperação internacional para o desenvolvimento, proporcionando meios para financiamento de projetos de desenvolvimento sustentável, visando a geração de empregos e também a redução de pobreza.

Apresentou-se neste trabalho todo uma panorama do BRICS, o seu surgimento nas relações internacionais, e como foi vista a perspectiva do mecanismo do BRICS que desde o início veio suscitar muitos debates sobre o verdadeiro papel do grupo nessa ordem mundial, se esse mecanismo de fato teria por missã de transformar a ordem mundial atual. Evidenciaram-se o ingresso da África do Sul no BRICS como a única presença da África, o que se mostrou importante para o grupo, pois trouxe ao BRICS um novo dinamismo na geopolítica mundial para que o grupo seja mais representativo geograficamente.

Nesse trabalho usou-se a lente da teoria liberal de relações internacionais e também o conceito de desenvolvimento para analisar e explicar o mecanismo do BRICS que é um resultado de cooperação internacional. Cono, de fato os conceitos fundamentais da teoria foram essenciais para analisar os objetivos e atuação dos BRICS. Dessa forma, percebeu-se que a cooperação econômica e financeira internacional foi fundamental para que os países pudessem se unir para criar esse mecanismo no cenário mundial.

Em consequência de uma análise qualitativa dos principais acordos de cooperação intra-BRICS tais como: o acordo constitutivo do Novo Banco de Desenvolvimento do BRICS, os acordos sobre o Arranjo de Contingente de Reservas (ACR) e os acordos para facilitação da cooperação comercial e de investimento entre os membros e acordos sobre a cooperação em ciência, tecnologia e inovação (CT&I) e sem esquecer o acordo sobre a parceria junto com a NEPAD para auxiliar o continente africano no seu processo de desenvolvimento por meio de um plano denominado plano de Integração e Industrialização. Dentro desses acordos, salienta-se o acordo constitutivo do NDB que permitiu ao grupo ter a autonomia na governança global, pois se serve como principal órgão vinculativo e financeiro entre os membros, auxiliando os países para obter financiamento para seus projetos de desenvolvimento.

Por fim, avaliaram-se os principais indicadores socioeconômicos na África do Sul durante esse intervalo do tempo. Dessa forma, avalia-se todos os benefícios aportados pela cooperação do BRICS. Na África do Sul, o progresso econômico foi bastante modesto, com a economia sofrendo de vários choques, gerando a instabilidade, e grandes flutuações relacionados aos choques externos e internos. Este foi um período no qual a África Sul conheceu a desaceleração econômica, constatou-se também um grande aumento da

desigualdade, da pobreza e do desemprego. O desemprego durante todo esse período teve uma tendência ascendente. O (IDH) por sua vez não evoluiu tanto, ficando em média 0.6 houve melhoria notável nas infraestruturas básicas em termos de realizações e construções de infraestrutura como rodovias, portos, aeroportos, infraestrutura para energia limpa e renovável entre outros. A expectativa de vida teve melhoria, chegou 64 anos, ainda assim considerada baixa em comparação com outros países do BRICS e os países desenvolvidos.

No entanto, os resultados da cooperação da África do Sul com os demais BRICS podem ser considerados benéficos para o país. Constata-se que a entrada da África do Sul trouxe benefícios econômicos para o país tais como: acesso aos fundos de investimentos dos países membros como China e Índia e a cooperação econômica multilateral por meio do Banco do BRICS que pode conceder acessos ao financiamento para seus projetos de desenvolvimento. É importante ressaltar que entre 2015 a 2019 foram aprovados 19 projetos em diversas áreas como energia renovável, no transporte e saneamento entre outros.

Diante desses fatos analisados, observando-se tantos benefícios que obteve a África do Sul durante esse período, é difícil declarar que a cooperação com os BRICS não teve impactos positivos e não trouxe melhoria no seu processo de construção de um país mais evoluído. Assim, pode-se constatar que a hipótese não se confirmou devido a sua complexidade. Portanto, em certas medidas, muitos trabalhos dentro das expectativas da hipótese foram realizados. Nessa perspectiva, os investimentos chineses e os empreendimentos dos BRICS em geral foram importantes para o país Sul-africano.

A entrada da África do Sul no BRICS permitiu reforçar as suas relações bilaterais com os demais membros, assim nota-se que a África do Sul tem se beneficiado de uma vasta gama de investimentos provenientes da China com suas empresas que se estabeleceram no país por meio de investimento direto estrangeiro, através de uma iniciativa público-privado do Estado chinês que apoia financeiramente as empresas que investem no exterior. Nessa parceria com a China, vale ressaltar que alguns desses projetos foram financiados por meio do Banco do BRICS e gerando uma série de outros benefícios.

Além disso, vale salientar que a África do Sul tem se beneficiado da cooperação técnica no âmbito dos BRICS com a transferência da tecnologia, compartilhamento de experiência e conhecimento para desenvolver a capacidade inovadora da pessoa e das empresas. Pode-se constatar que a África do Sul se beneficiou dessa cooperação com os países do grupo. Considerando-se que o fortalecimento da cooperação diplomática, política e econômica com os demais BRICS permitiu ao país melhorar sua base industrial, com as realizações de projetos estratégicos que impulsionam os empreendimentos industriais. Assim

ficou evidente que a cooperação do BRICS com a África do Sul teve impacto positivo para economia sul-africana mesmo sendo modesto

No entanto, após uma análise mais crítica e mais acurada, constata-se que esses empreendimentos do grupo não tiveram reflexo na vida socioeconômica da sociedade sul-africana, sobretudo em relação ao despenho macroeconômico dentro do país. O grande problema é que o crescimento econômico não foi consistente no país, houve muitas oscilações, sobretudo não houve melhorias nos principais indicadores socioeconômicos, pois durante esse período a taxa de desemprego e a desigualdade social aumentaram bastante.

Assim, pode-se dizer que os empreendimentos do BRICS foram positivos em termos de melhoria de infraestrutura do país, com realização e a implementação de vários projetos, mas não foram capazes de se converter ao desenvolvimento econômico, devido aos outros fatores que dificultariam esse processo como: choques internos na política interna do país, e choques externos com a desaceleração da economia mundial que refletiu na diminuição das exportações dos principais produtos sul-africanos.

Por fim, este trabalho se encerra sem confirmar ou refutar a hipótese, devido à sua complexidade. Assim, fica aberto para próximas pesquisas que possam analisar outros fatores de maneira mais aprofundada na sociedade sul-africana em relação aos seus desafios internos e o seu lugar na arquitetura da economia mundial como membro do BRICS.

REFERÊNCIAS

- ABDENUR, Adriana Ethal; FOLLY, Maiara. O novo banco de desenvolvimento e a institucionalização do BRICS. *In*: BAUMANN, Renato; DAMICO, Flávio; ABDENUR, Adriana Erthal; FOLLY, Maiara; COZENDEY, Carlos Márcio; FLÔRES JÚNIOR, Renato G. **BRICS: estudos e documentos**. Brasília: FUNAG, 2015. p. 79-114. Disponível em: http://funag.gov.br/loja/download/1126-BRICS-Estudos_e_Documentos.pdf. Acesso em: 28 nov. 2023.
- ADREW, Moravcsik. Liberal theory of international politics *International Organization*, United States, v.51, n. 4, p. 513–553, Autumn 1997. Disponível em: <https://www.princeton.edu/~amoravcs/library/preferences.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2023.
- AGUIAR, L. B. **A inserção internacional do BRICS na nova ordem do século XXI**. 2014. 30 f. Artigo (Especialização em Relações Internacionais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/8288/1/2014_LaisBretonesdeAguiar.pdf. Acesso em: 20 nov. 2023.
- ASSIS, Chagas Caroline de. **A inserção dos BRICS na África Austral**. Rio de Janeiro: IPEA, 2022. (Texto para Discussão, n. 2788). Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/1137>. Acesso em: 12 jan. 2024.
- AXELROD, Robert; KEHOANE, Robert. Cooperation under anarchy: strategies and institutions. *World Politics*, United States, v. 38, n. 1, p. 226-254, 1985. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2010357>. Acesso em: 12 jul. 2023.
- BAUMANN, Renato. BRICS: oportunidades e desafios para inserção internacional do Brasil. *In*: BAUMANN, Renato; DAMICO, Flávio; Adriana Erthal Abdenur; Maiara Folly; Carlos Márcio Cozendey; Renato G. Flôres Júnior. **BRICS: estudos e documentos**. Brasília: FUNAG, 2015.. Disponível em: http://funag.gov.br/loja/download/1126-BRICS-Estudos_e_Documentos.pdf. Acesso em: 28 out. 2023.
- BRICS. **The strategy for BRICS economic partnership**. Ufa, Russia, 2015. Trade and financial ministerial meeting document. Russia, 2015. Disponível em: <https://brics2023.gov.za/wp-content/uploads/2023/07/The-Strategy-for-BRICS-Economic-Partnership-2015-1.pdf>. Acesso em: 08 nov. 2023.
- BRICS. **Trade and investment cooperation framework**. Durban, Africa do Sul, 2013. Trade ministerial meeting. Durban, 2013 Disponível em: <https://brics2023.gov.za/wp-content/uploads/2023/07/BRICS-Trade-and-Investment-Cooperation-Framework-2013.pdf>. Acesso em: 04 out. 2023.
- BRICS SCIENCE, TECHNOLOGY AND INNOVATION. Ministerial meeting, 7. **Moscow Declaration**. Moscow, 2015 Disponível em: <http://www.brics.utoronto.ca/docs/151028-sti.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2023.
- BRICS SCIENCE, TECHNOLOGY AND INNOVATION. Ministerial meeting, 7. **Campinas Declaration**. Campinas, 2019. Disponível em: http://www.brics.utoronto.ca/docs/190920-Campinas_Declaration_Final.pdf. Acesso em: 15 dez. 2023

CAMPOS, Felipe Amorim. **O BRICS e sua influência na governança do sistema internacional**. 2018. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/28202/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20de%20Mestrado%20-%20Felipe%20Amorim%20Campos-converted.pdf>. Acesso em: 04 out. 2023

CARVALHO, Carlos Eduardo; FREITAS, William Daldegan de; GODOY, Luciene Patrícia Canoa de; GOMES, Natália Flach. O banco e o arranjo de reservas do BRICS: iniciativas relevantes para o alargamento da ordem monetária e financeira internacional. **Estudos Internacionais**: revista de relações internacionais da PUC Minas, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, p. 45-70, 18 dez. 2015. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/estudosinternacionais/article/view/10062>. Acesso em: 02 dez. 2023.

CASTRO, Carolina Milhorange de. The Durban BRICS Summit: advancing cooperation among emerging sovereign power. **Mondes en Développement**, Belgium, v. 165, n. 1, p. 37-50, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.3917/med.165.0037>. Acesso em: 02 nov. 2023.

COZENDEY, Carlos Márcio. Visão ou Miragem?: banco de desenvolvimento e arranjos de reservas no horizonte dos BRICS Brasil. *In*: BAUMANN, Renato; DAMICO, Flávio; ABDENUR, Adriana Erthal; FOLLY, Maiara; COZENDEY, Carlos Márcio; FLÔRES JÚNIOR, Renato G. **BRICS: estudos e documentos**. Brasília: FUNAG, 2015. p. 79-114. Disponível em: http://funag.gov.br/loja/download/1126-BRICS-Estudos_e_Documentos.pdf. Acesso em: 28 out. 2023.

CÚPULA DO BRICS, 3., 2011. **Declaração de Sanya, Hainan**. China, 2011. Disponível em: <https://brics2023.gov.za/wp-content/uploads/2023/07/III-BRIC-SummitSanya-Declaration-14-April-2011.pdf>. Acesso em: 15 out. 2023.

CÚPULA DO BRICS, 5., 2013. **Declaração de Thekwini, BRICS and Africa: BRICS and Africa: partnership for development, integration and industrialisation**. Durban, Africa do Sul, 2013. Disponível em: <https://brics2023.gov.za/wp-content/uploads/2023/07/130327-statement.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2023.

CÚPULA DO BRICS, 6., 2014. **Plano de Ação de Fortaleza**. Brazil, 2014. Disponível em: [http:// https://infobrics.org/documents/2014/](http://https://infobrics.org/documents/2014/). Acesso em: 28 out. 2023.

CÚPULA DO BRICS, 11., 2019 **Declaração de Brasília**. Brasil, 2019. Disponível em: https://brics2023.gov.za/wp-content/uploads/2023/07/191114-Braslia_Declaration.pdf. Acesso em: 02 nov. 2023.

CÚPULA DO BRICS, 13., 2021. **Declaração de Nova Deli**. Statement for BRICS cooperation on multilateral trade system. India, 2021. Disponível em: <https://brics2023.gov.za/wp-content/uploads/2023/07/2021-New-Delhi-Declaration.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2023.

CÚPULA DO BRICS, 15., 2023. **Declaração e Plano de Johannesburgo**: Ministério das Relações Exteriores, Itamaray. Durban, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/08/em-declaracao-conjunta-lideres-do-brics->

anunciam-a-entrada-de-seis-novos-paises/jhb-ii-declaration-24-august-2023.pdf/view. Acesso em: 28 out. 2023.

DAVID, Harvey. O neoliberalismo história e implicações. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, 2010. Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/364813/mod_resource/content/0/Ponto%2001%20-%202024-09-2014%20-%20HARVEY%20David%20-%20Neoliberalismo%20hist%C3%B3ria%20e%20implica%C3%A7%C3%B5es%20-%20pg%2011%20a.pdf. Acesso em: 06 set. 2024.

DEYCH, Tatiana. BRICS, regional poly in Africa *In*: LRINOVA, Marina; KIRTON, John J. (org.). **BRICS and global governance**. London: Routledge, Mar. 2018. p. 242-258.

Disponível em: <https://doi.org/10.4324/9781315569925>. Acesso em: 13 nov. 2023.

FERNANDES, Luís Manuel Rabelo; GARCIA, Ana; CRUZ, Paula; WILIEMSENS, Clara;. **Ciência, tecnologia e inovação nas cúpulas dos BRICS de 2009 até hoje**. Center. Rio de Janeiro: Centro de Estudos e de Pesquisa BRICS, 2013. Disponível em:

<https://bricspolicycenter.org/publicacoes/ciencia--tecnologia-e-informação-nas-culpulas-dos-brics-de-2009-ate-hoje/> Acesso em: 09 jan. 2024.

FERNANDES, Luís Manuel Rabelo; GARCIA, Ana; CRUZ, Paula; WILIEMSENS, Clara; KASZKUREWICZ, Eugenius. **Cooperação científica e tecnológica para desenvolvimento dos BRICS: caso do Programa CBERS**, BRICS Policy Center. Rio de Janeiro: Centro de Estudos e de Pesquisa BRICS, 2013. Disponível em:

<https://bricspolicycenter.org/publicacoes/cooperacao-cientifica-e-tecnologica-para-o-desenvolvimento-dos-brics-o-caso-do-programa-cbers/>. Acesso em: 09 jan. 2024.

FURTADO Celso. Desenvolvimento e subdesenvolvimento. *In*: BIELSCWORKI, Ricardo (org.). **50 anos pensamento de Cepal**. Rio de Janeiro: Record, 2000. Disponível em:

<https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstreams/50d73fa3-a289-4a38-98ac-5e5e6ae0696f/content>. Acesso em: 28 out. 2023.

FURTADO, Celso. **O mito de desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974. Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4435210/mod_resource/content/3/FURTADO%20Celso%20-%20O%20Mito%20do%20Desenvolvimento%20Econ%C3%B4mico%20-%20Edi%C3%A7%C3%A3o%20C%3ADrculo%20do%20Livro.pdf. Acesso em: 02 out. 2023.

GARCIA, Ana. Investimento da China nos países dos BRICS: no Brasil, na África do Sul, na Índia: arranjos institucionais atores e impactos. **Revista Tempo do Mundo**, Rio de Janeiro, 24 ago. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.38116/rtm22art7>. Acesso em: 05 jan. 2024.

GUIMARÃES, Roberto Pereira. Desafios na construção de indicadores para sustentabilidade. **Ambiente e Sociedades**, Campinas, v. 12, n. 9, p. 307-323, 2009. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/asoc/a/89QvD7zZxHLTm5zCqxL4yHt/abstract/?lang=PT>. Acesso em: 25 out. 2023.

KAHN, Michael. A cooperação dos BRICS na ciência tecnologia e inovação: retórica e realidades. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 1, jan./jun. 2015. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0102-85292015000100006>. Acesso em: 23 jan. 2024.

KEHOANE, Robert; NYE Joseph. Power and interdependence international organization. **World Politics**, Cambridge, v. 41, n. 4, p. 725-735, Autum 1987. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4093127/mod_resource/content/1/Keohane%20%20Nye%201987.pdf. Acesso em: 20 set. 2023.

KRASNER Stephen D. Structural causes and regimes consequence as intervening variables. **International Organization**, Cambridge, v. 36, n. 2, International Regimes, p. 185-205, Spring 1982. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2706520>. Acesso em: 20 nov. 2023.

LALLANDE, Juan Pablo Prado. **El liberalismo institucional: cooperación internacional y regionalismo en América Latina: logros, retos y límites de la Alianza del Pacífico**. Dialogo teórico em torno de cooperación internacional para el desarrollo. [S.l.], 2016-2017. Disponível em: ps://www.academia.edu/45613778/El_Liberalismo_Institucional. Acesso em: 20 out. 2023.

LECHINI, Gladis. BRICS e África: a grande incógnita. **Boletim de Economia e Política**, Brasília, n. 9, p. 139-150, mar. 2012. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3353>. Acesso em: 28 nov. 2023.

LIMA, José Alfredo Graça. VI Cúpulas: perspectivas e resultados. **Cadernos de Política Exterior**, Brasília, n. 1, p. 11-26, 2015. Disponível em: https://funag.gov.br/loja/download/1110_cadernos_do_ipri_n_1_ano_1.pdf. Acesso em: 02 dez. 2023.

MILANI, Carlos R. Organizações multilaterais de desenvolvimento *In*: SOUZA, André de Mello e (org.). **Repensando a cooperação internacional para o desenvolvimento**. Brasília: IPEA, 2014. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/repensando_a_cooperacao_web.pdf. Acesso em: 03 nov. 2023.

MILANI, Carlos R.; SUMAYA, Bianca; LOPES, Luana. Políticas de cooperação internacional para o desenvolvimento no Norte, no Sul. Que lições e desafios para o Brasil? **Revista Friedrich Ebert Stiftung**, [s.l.], Nov. 2013. Disponível em: https://carlosmilani.files.wordpress.com/2014/02/milani_suyama_lopes_2013.pdf. Acesso em: 04 out. 2023.

MKAYLOV, Alexey. Russia energy Project in South Africa. **Journal of Energy in Southern Africa**, [s.l.], Oct. 2020. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/346363019>. Acesso em: 10 jan. 2024.

MOLINA, Marcia Cristina Gomes. Desenvolvimento sustentável: do conceito de desenvolvimento aos indicadores de sustentabilidade. **RMGC: Revista Metropolitana de Governança Corporativa**, São Paulo, v. 4, n. 1, 2019. Disponível em: <https://revistaseletronicas.fmu.br/index.php/RMGC/article/view/1889>. Acesso em: 05 out. 2023.

MORBIDELI, Sidney. **As relações internacionais entre os Estados e livre concorrência no mercado mundial**. 2009. Tese (Doutorado em Direito das Relações Econômicas Internacionais) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Direito, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/8489>. Acesso em: 04 nov. 2023.

MOTA, Ronaldo. O Brasil e os BRICS e o cenário de inovação *In*: PIMENETEL, José Vicente de Sá (org.). **O Brasil, os BRICS e a agenda internacional**. 2. ed. Brasília: FUNAG, 2013. p. 85-98. Disponível em: https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/1-446-brasil_os_brics_e_a_agenda_internacional_o. Acesso em: 21 set. 2023.

NEPAD. **Presidential Infrastructure Champion Initiative: IPCI**. [S.l.], 2015. Disponível em: <https://www.nepad.org/publication/presidential-infrastructure-champion-initiative-report>. Acesso em: 04 jan. 2024.

NOGUEIRA, Joao Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates**. Rio de Janeiro: ELS, 2005. Disponível em: https://www.academia.edu/18648547/Teoria_das_RI_Nogueira_e_Messari_2_. Acesso em: 14 out. 2023.

OLIVEIRA, Gilson de Batista. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista FAE**, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 37-48, maio/ago. 2002. Disponível em: <https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/477>. Acesso em: 15 out. 2023.

ONU. **Declaração da Conferência da ONU no Ambiente Humano**. Estocolmo, 1972. Disponível em: <https://cetesb.sp.gov.br/wp-content/uploads/sites/33/2016/09/Declaracao-de-Estocolmo-5-16-de-junho-de-1972-Declaracao-da-Conferencia-da-ONU-no-Ambiente-Humano.pdf>. Acesso em: 11 out. 2023.

ONU. **Conferência das Nações Unidas da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. New York, 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em: 26 set. 2023.

OYE, Kenett A. Explaining cooperation under anarchy: hypotheses and strategies. **World Politics**, Cambridge, v. 38, n. 1, p. 1-24, Oct. 1985. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2010349>. Acesso em: 14 set. 2023.

PARTNERSHIP for Development, Integration and Industrialisation. Durban, Africa do Sul, 2013. Disponível em: <https://brics2023.gov.za/wp-content/uploads/2023/07/130327-statement.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2023.

PEREIRA, Rafael Anicio; MILAN, Marcelo; HAFFNER, Jacqueline. **A cooperação entre países dos BRICS e o novo banco de desenvolvimento**. Trabalho apresentado no 8. Congresso IFBAE. Gramado, 2015. Disponível em: https://ifbae.s3.eu-west-3.amazonaws.com/file/congres/2015_B170.pdf. Acesso em: 17 nov. 2023.

PFEIFER, Albert. O Brasil, os BRICS e a agenda internacional. *In*: PIMENETEL, José Vicente de Sá (org.). **O Brasil, os BRICS e a agenda internacional**. 2. ed. Brasília: FUNAG, 2013. p. 117-127. Disponível em: https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/1-446-brasil_os_brics_e_a_agenda_internacional_o. Acesso em: 21 set. 2023.

PIMENTEL Fernando. A construção de uma nova arquitetura financeira internacional. *In*: PIMENETEL, José Vicente de Sá (org.). **O Brasil, os BRICS e a agenda internacional**. 2. ed. Brasília: FUNAG, 2013. p. 473-494. Disponível em: https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/1-446-brasil_os_brics_e_a_agenda_internacional_o. Acesso em: 25 set. 2023.

PNUD. **Relatório de Índice de desenvolvimento humano em 2022.** [S.l.], 2023. Disponível em: <https://hdr.undp.org/system/files/documents/global-report-document/hdr2021-22ptpdf.pdf>. Acesso em: 22 out. 2023.

PREBISCH, Raul. Por uma dinâmica de desenvolvimento latino-americano. *In*: BIELSCWORKI, Ricardo (org.). **50 anos pensamento de Cepal.** Rio de Janeiro: Record, 2000. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstreams/50d73fa3-a289-4a38-98ac-5e5e6ae0696f/content>. Acesso em: 28 out. 2023.

PRINSLOO, Cyril. Tangible economy for South Africa and BRICS: taking stek abd lookingforward. *In*: ZONDI, Siphamandia (org.). **The political Economy of intra-BRICS cooperation.** Johannesburg: Institute for Pan-american Thought and Conversation, University of Joannersburg, 2021. (International economy series). Disponível em: <https://doi.org/10.1007/978-3-030-97397-1>. Acesso em: 04 jan. 2024.

REIS, Maria Edileuza Fontenele. BRICS: surgimento e evolução *In*: PIMENTEL, José Vicente de Sá (org.). **O Brasil, os BRICS e a agenda internacional.** 2. ed. Brasília: FUNAG, 2013. p. 47-72. Disponível em: https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/1-446-brasil_os_brics_e_a_agenda_internacional_o. Acesso em: 10 set. 2023.

REPUBLIC OF SOUTH AFRICA. Department of Industries and Commerce. **Industry sector in South Africa.** Pretoria, 2017. Disponível em: <http://www.thedtic.gov.za/sectors-and-services-2/industrial-development/sectors/2017/>. Acesso em: 26 dez. 2024.

REPUBLIC OF SOUTH AFRICA. Department of National Treasury. **BRICS benefits.** Pretoria, 2018. Disponível em: https://www.treasury.gov.za/comm_media/press/2018/2018113001%202nd%20Publication%20of%20BRICS%20PPP%20Frameworks.pdf. Acesso em: 05 jan. 2024.

REPUBLIC OF SOUTH AFRICA. Department of National Treasury. **BRICS and Africa: partnership for development, integration and industrialization.** Pretoria, 2014 (Paper of the Fifth Academic Forum). Disponível em: <https://dirco.gov.za/brics-and-africa-partnership-for-development-integration-and-industrialisation-2014/>. Acesso em: 20 dez. 2023.

RIBEIRO, Elton Jony Jesus; MORAES, Rodrigo Fracalossi de. De BRIC a BRICS: como a África do Sul ingressou em um clube de gigantes. **Contexto Internacional,** Rio de Janeiro, v. 37, n. 1, jan./abr. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-85292015000100008>. Acesso em: 19 set. 2023.

RIBEIRO, Elton Jony Jesus; TIBURCIO, James Augusto Pires. **A presença econômica Sul-africana na África: comércio e investimento.** Brasília: IPEA, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/4704>. Acesso em: 03 jan. 2024.

SACHS, Ignacy. As cinco dimensões do eco desenvolvimento. *In*: **ESTRAÉGIAS de transição para o século XXI desenvolvimento e meio ambiente.** Sao Paulo: Studio Nobel, 1993. Disponível em: <https://www.dropbox.com/s/kepvdawvji0ap8k/Para%20Pensar%20o%20Desenvolvimento%20Sustent%C3%A1vel>. Acesso em: 18 set. 2023

SARDENBERG, Ronaldo Mota. O Brasil, Os BRICS e a agenda internacional. *In*: PIMENETEL, José Vicente de Sá (Org.). **O Brasil, os BRICS e a agenda internacional.** 2.

ed. Brasília: FUNAG, 2013. p. 495-531. Disponível em: https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/1-446-brasil_os_brics_e_a_agenda_internacional_o. Acesso em: 18 set. 2023.

SIDIRPOULOS, Elizabeth; PRINSLOO, Cyril; MPUNGOSE, Luanda. **BRICS, Africa and global economic governance: achievements and the future**. Paper discussion in GEAFRICA Global Economic Governance. [S.l.], July 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/327109079_BRICS_Africa_and_Global_Economic_Governance_Achievements_and_the_future. Acesso em: 03 jan. 2024.

SILVA, Thiago Costa. **Os BRICS na política global: um balanço de suas relações internacionais (2009-2019)**. 2019. Trabalho de Conclusão do Curso (Especialização em Relações Internacionais) - Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/24826>. Acesso em: 06 set. 2023.

SOUTH Africa Human National Deveelopment 2022: harnessing the employability of South Africa. [S.l.], 2022. Disponível em: HTTPS://www.undp.org/sites/g/files/zskgke326/files/2023-07/2022_web_0.pdf. Acesso em: 05 jan. 2024.

SOUZA, André de Mello. **BRICS: repensando a cooperação internacional para o desenvolvimento**. Brasília: IPEA, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3308>. Acesso em: 22 out. 2023.

SOUZA, Nali de Jesus. **Desenvolvimento econômico**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2005. Disponível em: https://www.academia.edu/36681154/NALI_DE_JESUS_SOUZA_DESENVOLVIMENTO_ECON%20MICO. Acesso em: 24 out. 2023.

STELZER, Joana; NASCIMENTO, Natali. **Desafios do comércio mundial: sustentabilidade e internacionalização de empresas**. Itajai: UNIVALI, 2009. Disponível em: <https://www.univali.br/vida-no-campus/editora-univali/e-books/Documents/en/Desafios%20do%20Com%C3%A9rcio%20Mundial.pdf>. Acesso em: 20 out. 2023.

STRASSBURG, Udo; SOUZA, Rogério Cardoso de; EBERHARDT, Paulo Henrique de Cezaro. Indicadores Socioeconomicos dos paises integrantes do BRICS: Brasil, Russia, China, India, Africa Do Sul. **Revista Desenvolvimento Regional do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <https://www.unisc.br/site/sidr/2013/Textos/91.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2024.

STUENKEL, Oliver. **BRICS e futuro da ordem mundial**. São Paulo: Paz e Terra, 2017. Disponível em: <https://www.oliverstuenkel.com/2017/05/16/lancamento-futuro-global/>. Acesso em: 15 nov. 2023.

UNCTAD. **BRICS investment report 2023**. [S.l.], 2023. Disponível em: https://unctad.org/system/files/official-document/diae2023d1_en.pdf. Acesso em: 26 dez. 2023.

UNCTAD. **World investment report 2019**. [S.l.], 2019. Disponível em: <https://unctad.org/publication/world-investment-report-2019>. Acesso em: 27 dez. 2023.

VASCONCELOS, Marco Antônio; GARCIA, Manuel Enriques. **Fundamentos de economia**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. Disponível em: <https://clea.edu.mx/biblioteca/files/original/2efe9359bb6643d5151ad5fee51ed752.pdf>. Acesso em: 30 out. 2023.

VISENTINI, Paulo Fagundes. A África e as potências emergentes: nova partilha ou cooperação Sul-Sul. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia & Relações Internacionais**, Porto Alegre, v. 3, n. 5, p. 41-68, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/2238-6912.45812>. Acesso em: 13 nov. 2024.

VISENTINI, Paulo Fagundes. A dimensão política e estratégica entre os BRICS. *In*: PIMENETEL, José Vicente de Sá (org.). **O Brasil, os BRICS e a agenda internacional**. 2. ed. Brasília: FUNAG, 2013. p. 267-291. Disponível em: https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/1-446-brasil_os_brics_e_a_agenda_internacional_o. Acesso em: 17 set. 2023.

VISENTINI, Paulo Fagundes; DANILEVICZ, Analúcia Pereira. A nova África do Sul: política, diplomacia e sociedade (1994-2010). *In*: VISENTINI, Paulo Fagundes; DANILEVICZ, Analúcia Pereira (org.). **África do Sul, história, estado e sociedade**. Brasília: FUNAG/CESUL, 2010. Disponível em : https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/1-858-africa_do_sul_historia_estado_e_sociedade. Acesso em: 09 set. 2023.

WORLD BANK. **World Bank Data**. Washington, 2020. Disponível em: <https://data.worldbank.org/country/south-africa>. Acesso em: 08 jan. 2024.

WTO. **World Trade Organization Report 2022: Afrique du Sud**. [S.l.], 2022. Disponível em: https://www.wto.org/french/tratop_f/tpr_f/s447-06_f.pdf. Acesso: 04 jan. 2024.

YU, Haixian; YUAN, Hui, WANG, Yi. Chinese infrastructure in Africa. **Advance in Social Science Education and Humanities Research**, [s.l.], v. 653, 2022. Disponível em: <http://creativecommons.org/licenses/by/4.0>. Acesso em: 05 jan. 2024.